UNIVERSIDADE SÃO PAULO
FACULDADE SAÚDE PÚBLICA

Gênero, meio ambiente e sustentabilidade:
mulheres migrantes em Maresias

Dinalva Menezes Castro Tavares

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública da
Faculdade de Saúde Pública da
Universidade São Paulo para obtenção do
Título de Doutor em Saúde Pública.**

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública

Orientadora: Prof. Dr. Maria Cecília Focesi Pelicioni

São Paulo

2004

Agradecimentos

Aos meus filhos Thiago e Lucas pela paciência.

Às mulheres migrantes moradoras de Maresias, pela colaboração.

**À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -
Capes, pela bolsa de estudo concedida.**

**À Prof. Dra. Maria Cecília Focesi Pelicioni pela orientação, incentivo e
carinho.**

À Prof. Dra. Sonia Alves Calió, à Dra. Izildinha Baptista Nogueira,

**À Prof. Dra. Aracy Witt de Pinho Spínola, ao Prof. Dr. Alberto Advincula
Reis, pelas preciosas contribuições e concordância em participar das
bancas.**

Toda mulher quer ser amada

Toda mulher quer ser feliz

Toda mulher é meio

Adriana Mesquita, Amelinha Teles, Andréa Pelicioni, Aracy César, Carolina Inez, Criméia Schmidt, Denise César, Liomina Castro, Lina Bueno, Luci Toqueci, Maria Augusta, Maria Barone, Maria Dias, Márcia Novaes, Renata Ferraz, Simone Silva, Solange Lervolino, Telma Cavaleiro, Terezinha Gonzaga, Vera Vilela e a toda pessoa que luta e acredita na força das mulheres.

Agradecimento especial a Deolindo César, Luca Santoro, Luciano Giatti.

O presente trabalho teve como **objetivo** investigar as condições de vida, de trabalho, de meio ambiente e de saúde das mulheres migrantes em situação de pobreza do Distrito de Maresias, no Município de São Sebastião, Bairro do Sertão. O fenômeno da migração iniciou-se a partir de 1980 até 2000 teve um crescimento na ordem de 1000 %. A **metodologia** nessa investigação foi qualitativa denominada **pesquisa-ação**, por ser mais adequada e proporcionar maior flexibilidade na captação de informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas. Os instrumentos utilizados foram formulários semi-estruturados e os dados foram obtidos por meio de entrevista e uma observação simples baseada em roteiro pré-determinado realizada no domicílio das entrevistadas permitindo complementar as informações obtidas nas entrevistas. O **resultado** da pesquisa com as 100 mulheres migrantes, revelou que a questão de gênero e a migração foram fatores de vulnerabilidade, pois elas estavam expostas à pobreza, ao desemprego e à falta de equipamentos sociais, fatores impeditivos para a obtenção de uma vida com qualidade. Como **conclusão** observou-se necessidade de maior atenção psicossocial à população migrante que buscava melhoria da sua qualidade de vida, afirmação dos direitos reprodutivos, conservação ambiental, ampliação e aplicação de direitos humanos e cidadania.

Descritores: gênero, vulnerabilidade, sustentabilidade, condições de vida, meio ambiente, imigração, pesquisa-ação.

Objective. This work aimed to investigate the life style, ways of living, work, health and environment conditions of poor migrant women living in the seaside resort of Maresias (São Sebastião, Municipality, State of São Paulo, Brazil). The migration phenomenon in this region started around 1980 and had since an increase in their numbers of approximately 1000%. The methodology applied in this investigation was qualitative, called action-research, used to facilitate a better understanding of their reality and relevant issues as well as allowing for better flexibility to get information based on their concrete experiences as a group. The research tools used were semi-structured questionnaires for face-to-face interviews. It was also used with this target group, some domiciliary observation techniques, following a pre-determined script, which complemented the information gathered by the previous interviews. **Results** the 100 migrant women researched revealed that gender and migration issues were the main vulnerability factors because they are exposed poverty, unemployment and lack of social equipments which are impeditive factors for obtaining quality of life. As a **conclusion** it has been observed the need for more appropriate psychosocial attention to this migrant population, which has moved to this region in search of a better quality of life, with better reproductive rights, environmental conditions for living and an opportunity to enhance their advocacy skills and basic Human Rights.

Descriptors: gender, vulnerability, living conditions, environment, migration, action-research.

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	01
-----------------------------	-----------

2 - OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral.....	25
-------------------------	----

2.2 Objetivos Específicos.....	25
--------------------------------	----

3 - MÉTODOS

3.1 População alvo	26
--------------------------	----

3.2 Material e Métodos	27
------------------------------	----

4 - ANÁLISE e DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Desdobramentos da pesquisa.....	32
-------------------------------------	----

4.2 Caracterização da População do Estudo.....	33
--	----

4.3 Relatos das agentes comunitárias e lideranças local...	92
--	----

4.4 Comentários das mulheres migrantes.....	94
---	----

5 - CONCLUSÕES.....	105
----------------------------	------------

6 - SUGESTÕES.....	111
---------------------------	------------

7 - REFERÊNCIAS.....	119
-----------------------------	------------

ANEXOS

Anexo – 1 Formulário aplicado	131
-------------------------------------	-----

Anexo – 2 Consentimento Informado	140
---	-----

1- Introdução

"Migrar é mais do que ir e vir".

É viver espaços geográficos diferentes

É ser duas pessoas ao mesmo tempo

É viver como presente e sonhar como ausente

É ser e não ser ao mesmo tempo

É estar em dois lugares ao mesmo tempo

E não estar em nenhum..."

Calíó (1994) cita José de Souza Martins (1994)

A migração pode ser vista como um processo social condicionado por múltiplos fatores que motivam o deslocamento espacial de populações de seus lugares de nascimento para outros e que podem variar segundo os níveis de aspiração ou necessidade. É um fenômeno social de grande complexidade que engloba muitas e diversas situações particulares. Os migrantes são considerados na perspectiva de alguns estudiosos, atores intervenientes nas mudanças sociais (TRINDADE 1995).

A migração tornou-se uma das manifestações mais visíveis dos problemas econômicos e sociais: da incapacidade de atingir um desenvolvimento durável, de oferecer emprego e habitação apropriados, de proteger o meio ambiente e de defender os direitos de cidadania.

Para CALIÓ (1995), o horizonte das migrações se ampliou, e ganhou complexidade, de modo que as classificações tradicionais dos fluxos migratórios não são mais as mesmas. Isto é, atualmente as migrações podem ser classificadas quanto aos fatores econômicos, com migração de mão de obra, de reagrupamento familiar ou de refúgio.

Pode-se considerar também como uma das principais razões para a evolução das migrações, a globalização e a interdependência crescente da economia mundial, facilitada por comunicações mais rápidas.

Segundo SAINT-MAURICE (1997), quando se pretende contextualizar o assunto a classificação de tipologias das migrações constitui aspecto fundamental. Para isso, o autor utiliza, sete critérios básicos de classificação:

- os limites espaciais do movimento migratório;
- a dimensão temporal da situação migratória;
- a composição do fluxo migratório;
- os fatores contextuais sobre os quais esteja centrada a avaliação conducente à decisão de migração;

- grau de liberdade individual presente no momento da migração;
- tipo de ator envolvido no fluxo migratório;
- as alterações nas condições de vida do migrante decorrentes da trajetória percorrida.

Essa classificação permite a visualização do contexto e a composição do movimento migratório.

Ao se pretender estudar a integração do migrante pela sociedade de destino deve-se analisar aspectos fundamentais como: *a assimilação, a adaptação, a participação e a aculturação.*

O conceito de **assimilação** é de grande importância para a compreensão da imagem do migrante. Para VAINER (1995), a necessidade de assimilar mostra a existência não apenas de uma diferença, como também a resistência do imigrado em integrar-se plenamente. Esse processo dá-se de maneira gradual e sua duração depende da capacidade das sociedades envolvidas evoluírem com respeito mútuo.

Por **adaptação** entende-se a maneira pela qual o migrante desempenha seus papéis sociais nas diversas esferas de atividade em que participa.

Quanto à **participação** deve-se levar em conta o grau de participação em relação à quantidade de papéis desempenhados, a eficiência com que desempenha tais papéis e a recepção do migrante pelas instituições ou grupos da sociedade acolhedora.

Por **aculturação**, entende-se o processo de aquisição e aprendizagem, incluindo comportamentos, papéis, hábitos, atitudes, valores e conhecimentos, procedentes da "nova" cultura.

Segundo PEREIRA (2000), mediante o processo de socialização, o migrante internaliza os padrões culturais de sua sociedade de origem. Quanto à aprendizagem social dentro de uma nova sociedade pode ter um resultado superficial ou então integrar-se na personalidade do indivíduo.

De acordo com CARMO (1996), o processo de socialização pode ser comprometido por situações de desemprego ou delinquência atribuídas a uma das comunidades causando insegurança e rejeição na outra.

Além da classificação espacial, existem outros aspectos a serem considerados, como exemplo o volume de migrantes, se são espontâneos e individuais ou coletivos e dirigidos. Outro aspecto importante a ser considerado é se o grupo migrante é formado apenas homens, ou apenas mulheres ou pelos dois.

No Brasil, para CALIÓ (1994), entre os grupos sociais mais afetados pela migração está o grupo constituído pelas mulheres pobres, motivo de preocupação do movimento de mulheres e das organizações não governamentais - ONGs que estudam o assunto.

Para OFFE (1994, p 166), em meados da década de 1970, nos países da Europa Ocidental, o projeto neoconservador tinha como idéia central a redefinição restritiva do que podia e do que não devia ser considerado "político", com conseqüente implosão da autonomia e autoridade das esferas institucionais não políticas, uma reprivatização de conflitos e tensões, de maneira a evitar ações dos cidadãos e cidadãs que fossem incompatíveis com a manutenção da ordem institucional política. Dessa forma, houve um afastamento do Estado de algumas questões peculiares da sociedade civil como a propriedade, o mercado, a ética de trabalho, a família, a verdade científica. Por outro lado, para suprir essa lacuna, houve o surgimento dos novos movimentos sociais que se "politizaram" para se emanciparem do Estado.

De acordo com JACOBI (2000) na América Latina, houve uma combinação de luta pela democracia com reivindicações voltadas às necessidades básicas. O autor relaciona a ascensão dos movimentos sociais urbanos com a reação ao modelo econômico excludente regido e conduzido por um regime autoritário.

Como parte importante do conjunto social o movimento de mulheres tem lutado na busca de uma sociedade igualitária, não hierárquica. No final dos anos de 1960, especialmente nos Estados Unidos, este movimento começou a

se estruturar, tendo Betty Frieddam como uma das suas principais articuladoras e na Europa, Simone de Beauvoir. Ambas defendiam postulados do que viria a ser a base deste movimento o que fortaleceu e deu sentido às iniciativas que foram incorporadas na América Latina, no início da década de 1970.

No período compreendido entre os anos de 1975 a 1985, designado pela Organização das Nações Unidas - ONU como "Década da Mulher", o movimento feminista no Brasil repercutiu mundialmente com algumas brasileiras participando ativamente na Conferência do Ano Internacional da Mulher, no México, em 1975.

Segundo TELES (1993), a característica mais marcante de atuação feminista, foi a abordagem dada às chamadas lutas gerais e específicas, ao mesmo tempo em que discutia-se uma linha de ação política e temas de especificidade feminina como: sexualidade, lesbianismo, aborto, creche nos locais de trabalho, além de outras reivindicações referentes à falta de liberdade política, considerando-se a difícil conjuntura nacional vigente na época.

Ao pensar o ser-estar mulher no mundo, inicia-se também, a busca para compreender as relações horizontais entre a humanidade e a natureza.

A separação dos seres humanos da natureza, em que "o meio ambiente" é considerado separado das pessoas e não parte de sua constituição e substância leva a uma visão antropocêntrica que tem permitido a subjugação deste pelo indivíduo. Essa visão tem dado lugar a um novo conceito de mundo em que a natureza é vista como inerte, passiva, uniforme, mecanicista, fragmentada, ou seja, como algo que pode ser dominada e explorada pelo ser humano. Esta fragmentação tem influenciado não só a produção de conhecimento, mas também os desdobramentos político-sociais, especificamente no que se refere às relações de gênero.

Para alguns autores, entre os quais se destaca ORTNER (1997), o *status* de desvalorização universal da mulher estaria associado à sua identificação ou associação simbólica com a natureza, enquanto os homens seriam identificados com a cultura. Como resultado, ao ser incorporada essa lógica leva a sociedade a discriminar a mulher, esquecendo-se que ela é

resultado de uma construção social produzida por homens e mulheres conjuntamente.

As políticas públicas alicerçadas nessa visão fragmentada acabaram por onerar os elos frágeis do sistema social, especialmente em países pobres como a África incluindo aqui também o Brasil onde, por exemplo, as mulheres têm sido "culpabilizadas" pelo crescimento populacional (PEREIRA 2000, p.23).

Na Conferência Mundial de População, realizada em 1974, em Bucareste, isso tornou-se público quando países socialistas se posicionaram contra a ênfase dada pelos países ricos ao problema populacional, como forma de distrair a atenção das desigualdades existentes na ordem econômica internacional. Para estes países, o "desenvolvimento se colocava como o melhor contraceptivo".

O papel das Conferências Mundiais

As Conferências Mundiais de Mulheres, organizadas pela ONU, têm tido papel muito importante, por serem o "locus" onde as mulheres têm buscado formular propostas voltadas à diminuição das desigualdades, e estabelecer compromissos na utilização dos patrimônios culturais e naturais comuns da humanidade, de modo a criar um desenvolvimento humano equitativo que condene qualquer tipo de violência e discriminação e torne possível uma nova definição das relações entre os gêneros.

De maneira geral as mulheres têm aceitado os desafios propostos nessas Conferências, e cada vez mais querem influir na definição dos novos eixos de desenvolvimento sem serem marginalizadas.

A III Conferência Mundial da Mulher, realizada em Nairobi, em 1985. Contou com a participação de 157 países, dispostos a acatar e implementar políticas públicas voltadas à igualdade, ao desenvolvimento e à paz, e não somente balizar as avaliações das estratégias até agora implementadas pelos governos. A IV Conferência Mundial de Mulheres, ocorrida em Beijim no ano de 1995, teve como agenda, a avaliação das estratégias globais para o avanço das mulheres. Esta Conferência ocorreu após quatro outras importantes

Conferências Mundiais: a Conferência sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio Janeiro em 1992, a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos realizada em Viena, 1993, a Conferência de População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague em 1995, que tiveram como temas principais a luta contra a pobreza, o fomento do emprego e a integração social. Nesse sentido, buscaram um efetivo plano de ação que pudesse servir de base para o estabelecimento do desenvolvimento humano sustentável com equidade de gênero.

As mulheres têm representado, nestas Conferências Mundiais, uma força poderosa, apresentando propostas inovadoras e tentando impedir que iniciativas conservadoras sejam aprovadas. Estes encontros têm ocorrido em fóruns paralelos, com importante participação popular.

Desde a I Conferência Mundial de Mulheres, realizada pela ONU em 1975, no México, adotou-se um inédito conjunto de diretrizes e metas para melhorar as condições de vida e combater todas as formas de discriminação contra as mulheres. A partir de então, os movimentos de mulheres do mundo todo vêm realizando fóruns paralelos às conferências oficiais, dando visibilidade às suas reivindicações e demonstrando assim, poder e capacidade de articulação em quase todo o planeta.

O fórum paralelo tem sido um espaço de ampla participação dos movimentos, fornecendo base para o desenvolvimento de estratégias de "lobby" junto às delegações governamentais que possam não só influenciar as temáticas da Conferência, mas também redigir documentos com suas reivindicações e propostas, além de estabelecer rede de comunicação e formação de coalizões para vários grupos nacionais e internacionais, entre ONGs do Norte e do Sul, e também unir as comunidades de direitos humanos, de direitos das mulheres, de direitos econômicos, dos povos indígenas, de justiça racial e de justiça social (BELLAGIO, 2000).

A ONU comemorou a Década da Mulher de 1975 a 1985, o que ajudou a promover o papel das mulheres nas comunidades, visando ressaltar seu potencial produtivo com políticas voltadas para assegurar o aumento da

produtividade, em especial dos projetos que desenvolvessem atividades consideradas tradicionalmente femininas.

Para BORJ (1994), durante a Década da Mulher, governos e movimentos sociais discutiram a importância das mulheres atingirem a equidade, para que fossem vistas como participantes ativas do processo produtivo.

Na IV Conferência da Mulher, realizada em Beijín (1995), o eixo temático do fórum paralelo, discutiu as consequências das políticas econômicas vigentes e da concentração do poder.

Na era da globalização, o mundo têm tentado readequar - se a fenômenos emergentes, tais como a revolução tecnológica e a intensificação das comunicações, que acabam por provocar novas demandas sociais. É um momento de intenso questionamento do modelo atual de desenvolvimento global, onde buscam-se soluções para escapar das crises de destruição que marcaram o século XX, a partir do estabelecimento de uma nova estrutura global, para um futuro sustentável e equitativo. Ainda segundo a autora (SOARES 1995, p. 132) a "degradação vai se cumprindo em toda parte, ainda que de forma diferente, por uma falta geral de perspectiva que faz da esperança no futuro uma coisa do passado".

Segundo PELICIONI (1999), o desenvolvimento sustentável implica um processo de mudança nas relações entre os sistemas e os processo sociais, econômicos e naturais que satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas. A sustentabilidade, por sua vez, na prática, traduz-se por uma adequação entre as exigências ambientais e as necessidades de desenvolvimento. Não é mais possível pensar em soluções para os problemas ambientais numa perspectiva em que as causas do desequilíbrio e degradação no meio ambiente, ainda estejam diretamente ligados ao crescimento populacional.

Os programas populacionais voltados para as mulheres continuam a ser estimulados prioritariamente em busca da redução de fertilidade. Ainda não há consenso se o crescimento populacional é causa ou efeito da pobreza, mas, ainda hoje se vincula o crescimento populacional aos problemas ambientais.

Daí a importância de entendimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que tem sido definido e descrito de várias formas.

De acordo com LOUREIRO (1995), as políticas populacionais devem ser guiadas pela preocupação com o bem estar reprodutivo da mulher e não centralizadas na redução da fertilidade. A capacidade da mulher em manter uma vida saudável, ter uma vida ativa, gerar filhos saudáveis, escolher uma atividade produtiva, e decidir quando e quantos filhos querem ter, vai depender da forma e das restrições que ela tem que enfrentar no contexto econômico e sócio-cultural no qual está inserida.

Antes da Organização das Nações Unidas ONU declarar em 1975 o Ano Internacional da Mulher, "menos de 1% dos textos produzidos sobre desenvolvimento se referiam especificamente às mulheres" (WARE 1981). O lugar ocupado pela mulher até então, era de geradora de crianças, sendo negligenciada a sua participação ativa no processo de produtivo. Invisível nas políticas oficiais, a contribuição econômica da mulher foi sempre tratada sempre como secundária. Desde então, elas continuaram a ser segregadas e envolvidas apenas em projetos de geração de renda de pequena escala, com pouca possibilidade de lucro e freqüentemente exploradas como mão de obra barata, enquanto os homens eram incorporados ao mercado de trabalho por meio de políticas de emprego.

Em quase todos os países tem sido observado avanços na participação das mulheres no poder formal entretanto assinalam-se restrições a um exercício pleno de cidadania. Verificam-se também, alguns avanços no campo jurídico, estabelecendo normas de proteção aos direitos das mulheres, mas existem ainda profundas lacunas para enfrentar as desigualdades. É significativa também a desigualdade entre homens e mulheres nos espaços de poder. Em muitos casos têm se mencionado a reduzida inserção das mulheres nas tomadas de decisão em matéria econômica, política e social.

As mulheres têm lutado e reivindicado o "empowerment" político, econômico, cultural e social, pois isso representa a possibilidade de redefinir os papéis de gênero.

Se o desenvolvimento deve beneficiar a todos, é necessário integrar as mulheres no processo de tomada de decisões, para que elas façam opções sobre o tipo de sociedade que desejam. Para BONAPARTE (1995) trata-se de discutir a redistribuição do poder entre nações, classes, etnias, gêneros ou indivíduos.

Para SCOTT (1995), o termo gênero faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição ao ser utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. É uma construção social, é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Ainda para SCOTT (1995), o gênero deve ser visto como elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, além de ser um modo básico de significar relações de poder. A teoria feminista permite explorar a interdependência entre vários pertencimentos como os de Gênero, Raça/Etnia e Classe, socialmente estruturados, e a articulação entre os vários sistemas hierárquicos podem ser elementos definidores das relações sociais e se manifestam também em nível dos referenciais simbólicos do sujeito, o que permite uma análise sociológica mais rica.

De acordo com CHOBOROW (1992), este termo veio para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre os homens e mulheres. O gênero pode fornecer um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação dos seres humanos. Conceituar gênero é uma forma de legitimar e construir as relações sociais.

Esse enfoque portanto, traz uma visão de igualdade político-social onde não se inclua somente o sexo, mas deve se incorporar outras diferenças, isto é, uma visão pluralista que inclua também as diferenças de raça/etnia e classe social, onde seja possível protagonizar uma forma de desenvolvimento que tenha como função estimular o equilíbrio das pessoas com a natureza, sua integração ao trabalho, direito ao lazer, a obtenção na qualidade de vida, e a equidade de gênero.

Segundo FOUCAULT (1975), a sexualidade é produzida em contextos históricos e a ideologia de gênero “reflete” as estruturas econômicas e sociais e seu exercício é socialmente determinado. O corpo é “gendrado” portanto, recebe a marca do gênero. A partir do corpo como substrato material, a sociedade faz seu trabalho de edificação das representações e ideologias a serem incorporadas pelo indivíduo. Nesse sentido o melhor é não fazer uma ruptura radical entre a natureza e a cultura, mas sim reconhecer os significados históricos dessa relação.

As relações sociais de gênero como construções sociais focalizam homens e mulheres em seus contextos socioculturais, descortinando a possibilidade de apreender as variáveis históricas. Entretanto, as identidades de gênero se alimentam de símbolos, valores, normas, práticas e representações sociais que, se levadas em conta em sua historicidade aparecem como passíveis de mudanças, por recusar-se a cristalizações. É importante salientar que por ser um processo construído, também pode ser desconstruído a partir destes entendimentos.

O “empowerment” segundo (GOMARIZ 1994), é entendido como a redistribuição do poder, a necessidade de alterar as relações do poder instituídas, na busca de equidade.

Para CHOBOROW (1992), a identidade do sujeito se dá nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança com o objetivo de encontrar indicações sobre a formação da identidade de gênero, pois a divisão do trabalho na família, quando se refere às tarefas atribuídas a cada um dos pais, "mostra" o produto do sistema dominante ocidental, apresentando uma divisão nítida entre o masculino e o feminino na maneira como as sociedades representam o gênero e o utilizam para articular regras de relações sociais ou construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido.

O gênero introduz uma nova clivagem na cidadania e demanda a transformação do modo de operar com cada categoria.

Perceber que a cidadania se assentou sobre a exclusão das mulheres, exigiu respostas históricas e apresentou dilemas teóricos simultâneos, nos quais as mulheres passaram a ser sujeito de direitos a partir do processo histórico em que aparecem como capazes de articular politicamente seus interesses, com determinação e um modo de enfrentar uma representação histórica secular.

A noção de sujeito carrega consigo as condições históricas de seu aparecimento pessoal e coletivo que vão anunciando embora de forma embrionária, a possibilidade de transformação social. Dessa forma, o papel das mulheres na gestação dos processos socioculturais de mudança, tende a crescer.

Segundo TOURAINE (1995) é importante escolher um terreno político e um terreno analítico para se perseguir a hipótese de que há um potencial de mudança que a perspectiva de gênero introduziria no plano das ações coletivas, em busca da transformação da sociedade. Além disso, deveria se examinar a possibilidade de que esse potencial de mudança represente energias emancipatórias novas para o conjunto da sociedade, pois, de imediato, indicam para a multidimensionalidade das relações sociais.

As mulheres organizadas enquanto sujeitos são capazes de conformar e consolidar um campo de negociação compartilhado com a ética da intervenção pública, apostando na diminuição das desigualdades e exclusões

contemporâneas fortemente marcadas por traços de gênero, classe, raça e etnia.

A ampla sementeira das "questões de gênero no tecido social ajuda a fertilizar ou germinar inúmeras redes de atuação que poderão resultar em mobilizações sociais ou ações coletivas que efetivamente, moldem ações e espaços públicos alternativos, onde esses sujeitos coletivos compareçam e se reconheçam mutuamente em seus diversos conhecimentos, esboçando uma nova referência e novos "engajamentos para a cidadania" (RAANA 1995, p. 16).

As relações de gênero ao buscar compreender as fronteiras entre o masculino e o feminino, trazem à luz diversas elaborações conceituais, como a assimetria sexual, hierarquização, subordinação, opressão, desigualdade e exclusão, por um lado e identidade, autonomia, diferença e igualdade, por outro. A questão central seria, portanto, as relações de poder.

Os movimentos sociais estão ligados às possibilidades de mudança social, na medida em que modificam práticas, sentidos, expectativas que incidem nas relações sociais, modificando-as.

Na modernidade, diversas lealdades a que vários sujeitos estão presos, tais como gênero e raça/etnia, estão competindo com os tradicionais pertencimentos de classe na constituição de identidades que já não podem ser tomadas como fixas e cristalizadas. Os processos de identificação coletiva, cada vez mais, invocam e reatualizam o conceito de cidadania. Demanda-se não só a inclusão, mas o fim das relações abstratas e niveladoras de desigualdades reais.

A cidadania é encarada como uma esfera em expansão, em que novos direitos nascem a partir das demandas surgidas no âmbito dos movimentos sociais, que por sua vez nascem das ações coletivas. Torna-se uma fonte de conflito na medida que segmentos sociais ou movimentos sociais surgem com o objetivo de processar e demandar a inclusão e/ou denunciar a exclusão e as desigualdades.

Para CALIÓ (1991), o movimento feminista na elaboração de um novo conceito de igualdade, não mais limitado à igualdade jurídica (dos primeiros

movimentos sufragistas), atualmente está mais centrado na abolição dos privilégios de sexo. A famosa frase de Simone de Beauvoir "não se nasce mulher, torna-se mulher", sintetiza a tese de que não há nenhum destino biológico feminino. Dessa forma, as mulheres organizadas ao construir sua identidade coletiva reivindicam e redefinem sua cidadania, a partir do reconhecimento da diferença de gênero, elemento redundante da própria concepção de cidadania, o que propicia a oportunidade de redefini-la.

A constituição e expressão de identidades de gênero, etnia/raça e classe com suas afinidades e diferenças podem tornar-se elementos de mediação política entre sujeitos, formando uma força viva de constituição de uma esfera pública democrática. O sujeito mulher, no interior de práticas concretas, sob a perspectiva de gênero, configura um agir como sujeito calcado em experiências de individuação com consciência de pertencimento e identidade de grupo.

A eficácia e a capacidade de agir sobre as desigualdades, subordinações e exclusões desse sujeito constituído, torna-se uma questão eminentemente política e vislumbra conhecimentos novos, até hoje, não descortinados nos conflitos do campo ético-político dos movimentos sociais. Para que essa noção de cidadania subjacente em diversas práticas de gênero se instaure efetivamente dentro do cotidiano das instituições e da cultura política, deve-se levar em conta o esforço de uma época que está em seu nascedouro. Na verdade, o que se anseia são possibilidades a serem trabalhadas num campo democrático.

O movimento de mulheres ao desvelar as formas de subordinação e hierarquização das mulheres na sociedade, torna possível a busca de concepções alternativas de poder, em que possam ser geradas novas práticas e experiências sociais de luta por transformações que privilegiem as mulheres enquanto sujeito.

A efetiva participação das mulheres no movimento organizado significou mais que transformações. Contribuiu para gerar uma nova noção de individualidade social, resgatou a prática da individualidade da mulher como sujeito social, e desta forma convidou a sociedade a aprender a se conjugar no feminino. Ao politizar o privado, as mulheres organizadas para CALIÓ (1992),

reconceitualizaram a noção de poder, trazendo à tona um espaço de reprodução do poder hierárquico, a família patriarcal.

"Não há reconstrução possível do sujeito à margem da referência à dita ação coletiva, a idéia do sujeito está ligada a de movimento social. Esta idéia contém duas afirmações. A primeira, é que o sujeito é vontade, resistência e luta e, não, experiência imediata de si. A segunda é que não há movimento social possível à margem da vontade de liberação do sujeito" (TOURAINÉ 1997, p.85).

Na sessão **"A mulher e a Economia"** da Plataforma de Ação aprovada em Beijiing, onde foram tratadas questões que dizem respeito às *atividades produtivas realizadas pelas mulheres* (ONU 1996), entre os aspectos estruturais e conjunturais que determinam o acesso diferenciado para homens e mulheres, destacou-se a mencionada divisão sexual do trabalho, que compromete a plena inserção das mulheres na organização social, econômica, política, e a desqualificação da contribuição econômica das mulheres devido à predominância de atividades não remuneradas de reprodução social.

É urgente e fundamental o estabelecimento de políticas sociais emergenciais compensatórias com estratégias para superar, articular e promover idéias, projetos e experiências de geração de emprego e renda, voltados para as mulheres.

Para enfrentar esse quadro, a questão da feminização da pobreza deve ser inserida e ter como referência a questão do gênero, nos programas macroeconômicos. As políticas públicas e ações do governo devem incluir a análise sobre o impacto do ajuste estrutural, a dívida externa e os investimentos, avaliando os efeitos na vida das mulheres, principalmente as que chefiam famílias.

As mulheres migrantes estão mais à margem, não têm sido protagonistas do desenvolvimento que tenha como função primeira o ser humano, seu equilíbrio com a natureza, sua integração ao trabalho e direito ao lazer, qualidade de vida e equidade de gênero. Para SHIVA (1995), essa população está subjugada a uma lógica invertida, substituída por uma lógica de desenvolvimento para poucos e exclusão de muitos. Estão mais longe dos

programas de justiça econômica e social, sustentabilidade ambiental e direito à saúde.

A Marcha Mundial da Mulheres, realizada em Washington, de 8 a 17 de outubro de 2000, mobilizou 186 países e teve como eixo o combate à pobreza e à violência sexista, expressando os efeitos perversos da globalização. (YANNOLAS 2001).

De acordo com BORJ (1995), os cortes de financiamento com os gastos sociais, principalmente nos setores de educação e saúde, aumentaram a pressão sobre as mulheres e mesmo aumentando sua jornada de trabalho, permaneceram cada vez mais em situação de pobreza.

Segundo SHIVA (1995), no ano 2020 cerca de 80% da população mundial estará residindo no Terceiro Mundo e em áreas urbanas. A autora afirma ainda que 80% dos pobres no mundo hoje são mulheres.

O Papel do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

O Fundo das Nações Unidas para as Mulheres - UNIFEM tem sido a voz e a consciência das mulheres no âmbito do Sistema das Nações Unidas. Tem como objetivo acompanhar os compromissos assumidos pela comunidade internacional e garantir que a atribuição de poder às mulheres seja reconhecida como fundamental para a criação de um mundo sustentável. Está incumbido de liderar a voz das mulheres na manifestação de seus desejos e aspirações pela igualdade, pela paz e por um planeta saudável.

De acordo com HEYZER (1995), para garantir que a agenda de desenvolvimento da mulher se torne realidade, e não apenas um eco vazio, o UNIFEM precisa obter poder econômico e tornar-se um visível e eficaz defensor global das mulheres, fortalecendo a carta de intenções de Beijing, documento elaborado a partir da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, realizada na China, em 1995. Para a autora, só com a convergência global de energias é que a agenda de desenvolvimento da mulher atingirá um mundo

sustentável e justo, não só para o presente, mas também para as gerações futuras.

Ao combater a invisibilidade do feminino na cultura, com a entrada das mulheres no mundo da produção e o acesso a novas tecnologias de controle reprodutivo, essa luta se amplia, partindo da afirmação do específico da condição feminina. A perspectiva relacional de gênero permite dar maior visibilidade às estas desigualdades entre os sexos e proporcionar um debate mais amplo sobre direitos humanos, democracia, cidadania e desenvolvimento, (CORREIA, 1995).

O que dizem as estatísticas sobre as desigualdades entre os sexos no Brasil?

Segundo LAVINAS (1999), as mulheres se apropriam de apenas 25% de toda a riqueza produzida no Brasil e tal proporção cai para 15% na área rural. Em cada 10 famílias, 3 são chefiadas por mulheres, sendo que 38% de todas as famílias chefiadas por mulheres nas grandes metrópoles são pobres.

As diferenças de salários entre homens e mulheres variam segundo o tipo de atividade exercida. Em geral, é no emprego assalariado que as mulheres e homens não ganham os mesmos salários, com uma diferença de 18% a mais para os homens. Como autônomas, as mulheres recebem muito menos, em função da tripla jornada. É mais difícil trabalhar por conta-própria do que ser assalariada, embora as mulheres representem 93% dos empregados domésticos, ainda assim, sua remuneração é inferior em 30% à remuneração dos homens, raros nessa função (LANIVAS 1999).

O Mapa da População Negra, elaborado no ano 2000 pelo Instituto Interamericano Sindical pela Igualdade Racial, evidencia que as mulheres negras, em geral estão nos piores postos de trabalho, têm menor salários do mercado e maior jornada, enquanto o homem branco está na ponta da pirâmide. A mulher negra está na base. Entretanto as mulheres negras organizadas, têm acumulado discussões no debate sobre a saúde, afirmam a necessidade de garantir o quesito cor nos registro de atendimento nos serviços

de saúde, e também nos demais indicadores, o que propicia a obtenção de dados mais precisos que possibilitará ações voltadas para essa população

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos - DIEESE (1999), em pesquisa realizada nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre a situação das mulheres negras era ainda mais desfavorável. Ganhavam em média 2 (dois) salários mínimos por mês, enquanto as brancas recebiam em média quatro salários, ou seja, ainda há muita diferença entre a situação de trabalho das mulheres brancas e negras.

Para BORJ (1995), enquanto 3 de 4 homens estão trabalhando ou procurando emprego, esta relação cai de 1 para 2 no caso das mulheres, que estão cuidando dos afazeres domésticos e não são remuneradas para isso. Mais da metade das mulheres que estão trabalhando no mercado informal sem nenhum tipo de proteção social ou direito previdenciário, e sem vínculo formal no emprego, nem sempre contribuem com a previdência. Isso deixa as mulheres em situação precária, sendo muito difícil que elas exerçam profissões tradicionalmente desempenhadas por homens, onde os salários são mais elevados.

Apesar das mulheres terem mais escolaridade que os homens, isso não se traduz em melhores oportunidades de emprego. Segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2000), a cada ano, 47 milhões de pessoas buscam integrar o mercado de trabalho. O desafio para as mulheres garantir na prática o acesso ao emprego, implica construir canais eficientes e permanentes de participação dos cidadãos.

A pobreza feminina têm condicionantes próprios e particulares que enfatizam os mecanismos discriminatórios contra as mulheres no mercado de trabalho, fatos que podem gerar um “certo confinamento doméstico” e assumir matizes dramáticos, gerando por exemplo, a violência doméstica. Dois terços das agressões sofridas pelas mulheres ocorrem dentro de casa, contra 12% dos casos com os homens. Estes dados demonstram a *situação de vulnerabilidade das mulheres no Brasil*.

As mulheres e a educação

A desvalorização da educação está relacionada à desvalorização do trabalho, além de ser ignorado como valor pessoal e como direito humano.

A dinâmica do desenvolvimento pode ser expressa mediante índices de crescimento econômico e pelos conhecidos indicadores sobre mortalidade infantil, analfabetismo, emprego e ingresso ao mercado de trabalho bem como pelas categorias exclusão e marginalização de certos grupos da população. Com respeito aos benefícios do crescimento econômico, as mulheres não têm sido contempladas e os argumentos utilizados por esta postura discriminatória são: baixa escolaridade, baixa qualificação ocupacional, baixa produtividade no trabalho, número de filhos, desnutrição e enfermidades. Neste contexto, aparecem as mulheres como grupo socialmente excluído dos benefícios do desenvolvimento, do trabalho remunerado e da esfera pública. Tais critérios freqüentemente são utilizados para explicar as condições de desigualdade e desvantagem das mulheres frente aos homens.

Informes da Organização das Nações Unidas evidenciam que os habitantes mais pobres do planeta não se beneficiam com os avanços tecnológicos, ou com a abertura de mercado. A Comissão dos Direitos Humanos e o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas em reunião realizada em janeiro de 1999, informou que um quinto da humanidade vive em estado de pobreza absoluta, constituindo 1 milhão e 300 mil de pessoas, em sua maioria mulheres, principalmente em países em desenvolvimento, que têm que lidar com a escassez e carência de alimentos, de infraestrutura dos serviços, particularmente em certos ciclos da vida como a gravidez, a lactação, e a menopausa. Assim, é legítimo encarar a pobreza como fator que gera uma *situação de maior vulnerabilidade, especialmente das mulheres.*

Nesta mesma Reunião, afirmou-se que a pobreza extrema e a exclusão social constituem um atentado contra a dignidade humana, e foi proposto que era preciso compreender e analisar melhor as causas dessa extrema pobreza, em particular aquelas relacionadas com o desenvolvimento. Com o objetivo de promover os direitos humanos há que se erradicar a pobreza e investir nos serviços sociais de educação, saúde, assistência social; respeitando-se os

direitos dos mais pobres, e estimulando a participação dos setores mais vulneráveis nos processos decisórios.

De acordo com CARREIRA (1998), a educação para os direitos humanos voltada para a afirmação dos direitos individuais, políticos e sociais dos povos a um planeta saudável e à formação de sujeitos-cidadãos comprometidos com a construção de uma sociedade democrática, justa e ambientalmente saudável, acontece a partir do cotidiano e tem a ver com a relação do indivíduo, com as outras pessoas, com o transcendente e com o meio ambiente.

Gênero e Vulnerabilidade

A Organização Panamericana de Saúde-OPAS, segundo GOMES(1990), realizou nesse mesmo ano uma pesquisa para traçar o perfil epidemiológico da saúde das mulheres na região da América Latina e apresentou dados que enfatizaram a questão da saúde relacionada ao gênero e vulnerabilidade conforme demonstrado pelos resultados abaixo descritos. Há maior prevalência de desnutrição entre as meninas, pois quando os recursos de alimentação são escassos na família, o sexo masculino tem sido favorecido em detrimento do sexo feminino.

Para PALTIEL (1990) a prevalência da depressão, é três vezes mais alta entre as mulheres que entre os homens. É menos relacionada a fatores hormonais que com estilos de vida e mais relacionadas ao tipo de socialização e oportunidades diferenciadas por gênero.

Os problemas relacionados com a gravidez, o parto e puerpério estão entre as cinco primeiras causas de mortalidade durante a idade reprodutiva, segundo MORA y YUNES (1990).

Ainda de acordo com outros dados desse mesmo documento da OPAS, a sobremortalidade por câncer durante a idade adulta acontece com frequência nas mulheres por falta de acesso às tecnologias médicas, à detecção precoce e ao tratamento em suas etapas iniciais.

Há uma proporção de 1 esterilização masculina para 300 esterilizações femininas observadas em países latinos, apesar da vasectomia ser uma intervenção mais econômica e menos invasiva que a esterilização feminina. Percebe-se claramente abuso tecnológico e médico cirúrgico dirigido às mulheres nos casos de cesárea e de histerectomia (COE y HANFT, 1997).

O desgaste de energia é maior na mulher assalariada em virtude da responsabilidade em cumprir a dupla jornada do trabalho.

A falta de reconhecimento da violência doméstica como um problema de saúde pública, de acordo com TAVARES (2000), também têm provocado uma série de agravos à saúde da mulher.

Todos os dados apresentados acima vêm demonstrar a situação de desigualdade, os riscos, abusos, e demais fatores que contribuem para vulnerabilidade das mulheres.

A vulnerabilidade está fortemente associada à falta de princípios de promoção e proteção de direitos individuais e sociais, as mulheres estão mais expostas aos riscos. Essa falta de proteção está intimamente ligada a políticas de desenvolvimento que não levam em conta os seres humanos, mas exclusivamente os lucros. Os investimentos na promoção à cidadania costumam ser menores do que o necessário. O movimento organizado de mulheres tem lutado para dar visibilidade para esse fato.

Vulnerabilidade e Migração

A pobreza absoluta, o descontentamento econômico e os fatores psicológicos podem determinar a decisão das pessoas em aderir ao fenômeno da migração. A atração por empregos bem remunerados, com moradias mais agradáveis, o acesso à educação e a um sistema de saúde mais adequado, ou até mesmo o entusiasmo por algo novo, com tarefas mais atraentes para executar, bem como o desafio de procurar não só um padrão de vida mais elevado, mas também de superar obstáculos, o sucesso de algum amigo ou da família já migrante, a notícia ou propaganda de outros indivíduos que migram e se deram bem, acabam por levar muitas pessoas a aderir à migração.

O fenômeno da migração teve seu *boom*, no final dos anos 50, quando se iniciou o movimento denominado "êxodo rural". A industrialização das capitais atraiu grande contingente de trabalhadores com anseio de obter melhores oportunidades de trabalho, dinheiro, escolas, serviços de saúde, enfim, com o *sonho de conseguir um futuro melhor, casa própria, educação para os filhos e profissionalização*.

No Estado de São Paulo e em especial no Município de São Sebastião, esse fenômeno iniciou-se a partir dos anos de 1980, em decorrência da Rodovia Rio-Santos ter sido aberta e asfaltada estimulando o crescimento na construção civil.

O distrito de Maresias, que faz parte desse Município, no período de 1980 a 2000 teve um crescimento na ordem de 1000%, pois no início de 1980 sua população era de 300 habitantes e em 2000, essa população passou para aproximadamente 3.000 pessoas, na sua maioria migrantes vindos do norte de Minas Gerais, mais especificamente do Vale do Jequitinhonha, e também dos Estados da Paraíba, Bahia e Pernambuco, locais reconhecidamente pobres.

Optou-se por escolher para essa pesquisa o tema em questão, pelo fato de haver um grande desconhecimento sobre o trabalho, a saúde e enfim sobre as condições de vida dos migrantes em geral e especialmente das mulheres migrantes de Maresias.

Considerando as dificuldades sócio-econômicas que o Brasil atravessa, houve uma intensa deterioração da vida da população, que tem levado à pobreza crescente e ao aumento da vulnerabilidade das mulheres em relação às questões sociais, de saúde, de educação e aquelas relativas à qualidade ambiental. Essa situação teve como consequência direta a redução de recursos necessários para melhorar a sua qualidade de vida e de saúde.

Uma das finalidades desta investigação é portanto, identificar no Distrito de Maresias, as causas do movimento migratório e a opinião das mulheres quanto:

- à decisão de deixar a terra natal e ir para o Distrito de Maresias
- aos primeiros anos de fixação no município;

- ao confronto com a cultura local;
- à decisão de permanecer em Maresias;
- às facilidades e dificuldades encontradas;
- às expectativas e perspectivas futuras.
- às percepções, conhecimentos, crenças e perspectivas em relação ao futuro.

Os estudos sobre migração, desde a década de 1960 até a de 1990, ignoravam, de forma geral, as questões relacionadas com a desigualdade entre os sexos. As decisões de migrar por parte da mulher são complexas, pois implicam em vários fatores, podendo-se destacar o desemprego crescente, o atendimento precário à demanda por escolas e por assistência à saúde, a violência urbana, entre outros.

Estudos realizados pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM em 1994 indicaram que houve um crescimento no fluxo migratório para as áreas urbanas constituído por mulheres, situação que tem se mantido até os dias de hoje.

Um estudo voltado para a análise das condições ambientais, de vida, trabalho e saúde das mulheres será, portanto, fundamental para subsidiar políticas públicas favoráveis à melhoria da sua qualidade de vida e ambiental e da sua situação de vulnerabilidade na região.

2 - Objetivos

2 - Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é identificar as condições de vida, trabalho, saúde e ambientais das mulheres migrantes *em situação de vulnerabilidade* e residentes no Bairro do Sertão, Distrito de Maresias, Município de São Sebastião, litoral Norte do Estado de São Paulo.

Objetivos específicos

Caracterizar as mulheres migrantes quanto à idade, número de filhos, estado civil, ocupação, cor, escolaridade, religião.

Verificar local de origem, tempo de migração e motivo da escolha do Distrito de Maresias para estabelecimento de sua moradia.

Verificar como se sentem em relação ao fato de terem migrado, a decisão de permanecer, as facilidades e dificuldades encontradas.

Investigar suas condições de vida, ambientais de trabalho e a infraestrutura oferecido pelo local.

Verificar quais são suas opiniões, conhecimentos, significados, percepções, perspectivas e expectativas em relação ao futuro, e crenças em relação à sua saúde e trabalho.

Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas favoráveis para as mulheres migrantes.

3 - Metodologia

3 - METODOLOGIA

3.1 - População Alvo

A população alvo do estudo foi constituída pelo universo de 100 mulheres migrantes, residentes no Bairro do Sertão, Distrito de Maresias, Município de São Sebastião, litoral norte do Estado de São Paulo.

Procurou-se trabalhar com mulheres acima de 18 anos de idade, para melhor distinguir trajetórias geracionais, procurando identificar as experiências de quem migra.

3.2 - Método

Para desenvolver este trabalho utilizou-se a metodologia qualitativa por permitir maior compreensão da realidade e das condições de vida e ambientais das mulheres migrantes em *situação de vulnerabilidade* e de suas experiências vivenciadas na esfera psicossocial.

Segundo MENEGON (1999, p.217) com essa metodologia ao buscar respostas para algumas questões, pode-se caminhar na direção da "descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo analisado". Os significados e sentidos são produzidos interativamente e a interação presente, não inclui apenas alguém que fala e outro que ouve, mas todos "os outros", interlocutores presentes ou ausentes (ausentes na cena, porém, presentes no imaginário)".

Optou-se por utilizar a pesquisa-ação nesta investigação, por ser uma proposta metodológica e técnica que oferece subsídios para organizar a pesquisa social além de introduzir uma maior flexibilização na captação de informações geradas pela mobilização coletiva em torno de ações concretas, e técnicas de grupo para lidar com a dimensão coletiva e interativa, incluindo também técnicas de registro, de processamento e de exposição de resultados (THIOLLENT, 2000).

O material coletado é essencialmente feito de linguagem, sob forma de verbalizações, discursos ou argumentações e a significação do que ocorre na situação da comunicação estabelecida pela investigação passa pela compreensão e análise da linguagem na situação. Essas aproximações permitem desenvolver a produção do discurso sem perder contato com a realidade e fazer progredir o conhecimento.

"O objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação e o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas observados" (THIOLLENT 2000, p.16).

Ainda para THIOLLENT (1994), a relação entre conhecimento e ação está no centro da problemática metodológica, é preciso "conhecer para agir" e "conhecer para fazer". Isso supõe que seja estabelecido um relacionamento entre a descrição de fatos e as normas de ação dirigidas em função de uma ação sobre esses fatos ou da transformação dos mesmos.

Os objetivos de conhecimento potencialmente alcançáveis na pesquisa-ação incluem a coleta de informação original acerca de situações ou atores em movimento.

É fundamental nessa metodologia, a concretização de conhecimentos teóricos na relação entre pesquisadores e os problemas investigados, a produção de guias ou regras práticas para resolver os problemas e planejar as ações correspondentes, já que se pretende alcançar realizações. A noção de "transformação" é freqüentemente assimilada à de "mudança social".

Segundo SPÍNOLA (1994), a investigação/ação está organizada em torno de uma ação que pressupõe a geração de um conhecimento, por parte de um dado conjunto social. Deve ser realizada em colaboração com os indivíduos do meio para clarear dimensões, causas ou conseqüências de um problema percebido. As pessoas chaves da comunidade são essenciais para iniciar a "teoria" sobre o problema e em geral são os iniciadores das atividades de coletas de dados.

Para garantir o aspecto participativo dos procedimentos o discurso da participação não é suficiente, portanto, é preciso agregar o maior número possível de pessoas na elucidação dos problemas e das propostas de ação. Nessa fase, é necessário detectar apoios e resistências, convergências e divergências para identificar as expectativas, os problemas da situação, as características da população e outros aspectos que fazem parte do diagnóstico.

No processo de diagnóstico a população deve participar, pois este mostra os problemas considerados como prioritários permitindo, identificar as necessidades locais, o campo de observação, caracterizar os atores e atrizes e mostrar o tipo de ação que deve ser focalizada no processo de intervenção, uma vez que a pesquisa será organizada para a busca de soluções, visando realizar uma possível transformação dentro da situação observada.

3.2.1 – Instrumentos de Pesquisa.

Como instrumentos de pesquisa foram utilizados formulários semi-estruturados, com questões abertas e fechadas levantadas por meio de entrevistas, realizadas com a participação de liderança local. Os formulários foram pré-testados antes de ser aplicados em larga escala em população semelhante (Anexo 1).

A entrevista pode ser vista como um instrumento de interação social, e segundo MINAYO (1995), ela está sujeita à mesma dinâmica das relações existentes na sociedade. Quando se trata de uma sociedade conflitiva, cada entrevista é expressa de forma diferenciada à luz e à sombra da realidade, tanto no ato de realizar como nos resultados das informações que aí são produzidas.

O formulário abrange quatro itens, assim organizados:

- Dados sócio-demográficos da entrevistada (idade, estado civil, número de filhos, ocupação, cor, escolaridade, religião).
- Motivos e condições do processo migratório e da escolha do Distrito de Maresias.

- Condições de saúde e de trabalho.
- Condições ambientais e infraestrutura local.
- Conhecimentos, percepções, significados e crenças em relação à saúde e trabalho e suas perspectivas em relação ao futuro.

Os dados obtidos foram devolvidos à comunidade investigada pelos próprios entrevistadores, permitindo uma reflexão a respeito dos fatos de forma a ser objeto de questionamento pela população.

As ações investigadas envolvem produção e circulação de informação, elucidação e tomada de decisões. Nas condições peculiares da pesquisa-ação essa capacidade é aproveitada e enriquecida em função das exigências da ação em torno da qual se desenrola a investigação. A pesquisa-ação além de observar, medir ou quantificar pode propiciar espaço para os procedimentos de argumentação e interpretação, com base na discussão coletiva (THIOLLENT 2000).

Além do retorno das informações aos grupos implicados, a divulgação das informações para os diversos setores interessados, incluem técnicas de apresentação dos resultados, e de debates públicos. A devolução das informações é sempre necessária para permitir um efeito de “visão de conjunto” o que também fortalece a tomada de consciência do conjunto da população interessada.

As pessoas acabam por descobrir que as outras pessoas ou grupos vivem situações similares, enfrentam problemas sociais e existenciais comuns e que resultam dos efeitos do funcionamento da sociedade global (desigualdade, desemprego, pobreza) e das correspondentes relações sociais, geralmente excludentes.

Pode permitir também a compreensão das relações existentes entre as características globais da sociedade (classes, Estado) e as características psicossociais da situação de vida das entrevistadas (BRANDÃO 1998).

Num primeiro momento, as participantes são levadas a descrever a situação ou problema que estão focalizando, com aspectos de conhecimento (busca de explicações) e de ação (busca de soluções).

Esse levantamento foi realizado na própria residência das entrevistadas.

Ao mesmo tempo nesses domicílios foi feita uma observação simples, voltada para as condições de vida e ambientais das entrevistadas, seguindo roteiro pré determinado (Anexo 2).

3.2.2 – Coleta e Análise dos dados.

A análise dos dados coletados deu-se em duas etapas: na primeira foram analisadas detalhadamente cada entrevista, e na segunda produziu-se uma síntese temática do conjunto de conversas.

A análise detalhada de cada entrevista propiciou maior visualização da realidade facilitando o processo analítico e o agrupamento em associações para a definição de categorias da síntese temática.

3.2.3 - Aspectos éticos

De acordo com os termos da Portaria 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, essa pesquisa procurou respeitar o direito ao consentimento informado que visa proteger e promover a autonomia dos entrevistados como sujeitos da pesquisa e participantes do processo. As participantes tiveram completa informação sobre os objetivos do trabalho e garantia de sigilo, assim como o direito de optar por participar ou não da pesquisa, não sendo identificadas nem nomeadas (Anexo 3).

4.1 Análise e discussão dos resultados.

Foram realizadas 100 entrevistas com as moradoras migrantes residentes no Bairro do Sertão, em Maresias. Estas entrevistas aconteceram em suas residências, quando se efetuou, também, uma observação simples para a verificação das condições de vida, habitação, higiene. Após tabulação dos dados, estabeleceram-se as principais características desta população, visando à elaboração de diagnóstico no local. A partir dos principais problemas detectados, buscava-se poder estabelecer relações de solidariedade e promover o fortalecimento do exercício dos direitos de cidadania.

Procurou-se posteriormente articular um trabalho em parceria com entidades não governamentais, como o Conselho de Segurança – CONSEG, Clube de Mães, Clube da Igreja, Associação dos Moradores Maresias – SOMAR, com a finalidade de sugerir a criação e a implementação de políticas públicas que garantissem o apoio e a realização de ações conjuntas para beneficiar esta população.

Foi realizada apresentação dos resultados obtidos na pesquisa-ação, no “clubinho” local, com a participação de parte da população pesquisada e lideranças locais.

4-1 Caracterização da População do Estudo

Os resultados obtidos nessas entrevistas com as mulheres de Maresias estão descritos a seguir.

MARESIAS É UM BAIRRO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO
LITORAL NORTE, DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Gráfico 1 – Faixa Etária das mulheres migrantes.

Pelo gráfico 1, observa-se que a maioria da população (66%), tinha entre 25 e 45 anos de idade, ou seja, encontrava-se em período reprodutivo e economicamente produtivo.

Quadro 1 - Grau de instrução

Sabe ler – 89%		Não sabe – 11%	
Nível escolar:			
1.a – 31%		2.b – 12%	
1.b – 27%		3.a – 1%	
2.a – 18%		3.b – 11%	

Legenda:

1-a ensino fundamental completo 3-a ensino superior incompleto
 1-b ensino fundamental incompleto 3-b ensino superior completo
 2-a ensino médio completo
 2-b ensino médio incompleto

Pelo quadro 2, pôde-se observar um baixo grau de escolaridade, pois 58% das mulheres tinham apenas instrução básica e 27% não completaram o nível fundamental.

uA educação traz uma possibilidade real de alavancar o desenvolvimento no planeta, que tem $\frac{1}{4}$ da sua população adulta analfabeta, sendo que 63% dessa população é composta por mulheres (CORREIA 1995).

Segundo MEC/INEP/SEES (2002), No Brasil, houve um pequeno aumento na escolaridade no período de 1998 a 2000 essa vantagem é conferida, sobretudo, pelas mulheres adolescentes e adultas jovens que freqüentam o ensino médio. A distribuição da participação dos sexos no ensino superior no ano 2000 é a seguinte: 44,5% dos alunos são do sexo masculino e 56% do sexo feminino. Entretanto isso não se reflete em Maresias, quando apenas 1% completou o curso superior. Esse fato resulta no sub-emprego e nos baixos salários existentes entre a população.

Os problemas das mulheres não são diferentes de país para país, ou região para região, eles só diferem na intensidade. A questão de gênero torna-se mais acentuada nos países pobres e nas áreas rurais, onde a prioridade é o trabalho, e a educação, muitas vezes, é vista como uma perda de tempo ou um luxo. Nesses locais, a principal razão da vida é produzir renda, o tempo deve ser usado na lavoura e não com a educação, além de que o estudo primário é considerado suficiente para os cuidados maternos.

Gráfico 2 – Estado Civil das migrantes

A maioria da população entrevistada era casada. Muitas vieram para Maresias para encontrar seus parceiros.

Quadro 2 - Etnia das mulheres entrevistadas

Branca = 59%
Negra = 41%

Quanto à etnia, muitas se declararam brancas, mesmo sendo afro-descendentes, Assim, optou-se por registrar a etnia segundo a declaração feita e sua respectiva identificação. Quarenta e um por cento das mulheres pesquisadas declararam ser negras, Decidiu-se trabalhar com as categorias negra ou branca, por ter como critério o entendimento do conceito de afro-descendentes.

De acordo com NOGUEIRA (1998), a identificação com os afro-descendentes pode revelar "a fragilidade decorrente de um imaginário de falta de saber e de poder e, quando associados à idéia de brancura, contribui para um sentimento de inferioridade presente na sociedade vigente. Essa fragilidade

é decorrente do medo e da desconfiança bem como das experiências de discriminação produzidas atualmente”.

Para BENTO (2002 p.10), o feminismo e a luta do movimento negro, por meio de debates e de ações, “sensibilizaram um número grande de pessoas quanto aos preconceitos de gênero e de raça. O mundo está mudando, o respeito à diferença e à diversidade vai, cada vez mais, dando visibilidade para a luta das mulheres negras que, organizadas, têm enfrentado com tenacidade, persistência e obstinação o racismo e a discriminação”. Atualmente, observa-se a importante presença das mulheres negras nas organizações cidadãs.

Quadro 3 – Procedência

Nordeste	Sudoeste	Centroeste	Norte
Paraíba 23	Rio de Janeiro 5	Goiás 3	Maranhão 1
Bahia 16	São Paulo 7	Mato Grosso 1	
Pernambuco 4	Paraná 2		
Alagoas 4	Minas Gerais 28		
Ceara 4			
Piauí 1			
Total – 53%	Total – 42%	Total – 4%	Total - 1%

O grande contingente de migração, representado por 95% das mulheres entrevistadas, veio de Estados do Nordeste (53%) e do Norte de Minas Gerais (42%) sendo que grande parte saiu do Vale do Jequetinhonha.

Segundo o *Jornal Travessia* de Abril de 2.000, p.36, as migrações em direção às cidades intensificaram o processo de urbanização no País, passando a população urbana de 31,5 milhões de habitantes, em 1960, para 52 milhões, em 1970. Nesse período, mais da metade da população brasileira que já estava em localidades urbanas correspondendo a 55,9% do total da

população. A média nacional mostrou que na Região Sudeste, mais de 50% estavam morando em áreas urbanas, ao passo que no Nordeste esse número era de 34%.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2000), em torno de 81,2% da população está concentrada em áreas urbanas.

Desse modo, os processos de urbanização e distribuição espacial da população brasileira foram marcados por grande volume migratório, alocando e realocando população. Esse fenômeno da dinâmica demográfica contribuiu para profundas transformações estruturais na sociedade brasileira e assumiu característica própria.

Nos últimos anos, no campo demográfico, tem ocorrido um enorme crescimento da urbanização no mundo todo.

Quadro 4 – Local de origem por zona

Nota-se que a maior parte da população entrevistada vivia em zona urbana, em pequenas cidades, antes da migração. O período de "boom" migratório deu-se até o ano de 2000. Cerca de 82% da população entrevistada estavam mais ou menos há 10 anos na cidade, período que coincide com o asfaltamento da Rodovia Rio-Santos, que passa por Maresias.

Segundo CUNHA (1999), nessa mesma década, 25 milhões de brasileiros declararam ter mudado pelo menos uma vez, do município de residência, onde o fluxo urbano-urbano passou a responder por 46,7% dos movimentos migratórios intermunicipais do País. Dentre esses fluxos, destacam-se

principalmente os intrametropolitanos, reforçando as vertentes da metropolização e da concentração em aglomerações de maior porte.

Para uma da entrevistadas, *"Maresias já está bem grande, necessita de mais proteção"*.

Quadro 5 - Religião da migrantes entrevistadas

Gráfico 3- Religião da migrantes entrevistadas

Quanto à religião, o que chama à atenção é o número elevado (42%) das mulheres que disseram não possuir religião. Observa-se, também, um aumento crescente da escolha e da prática da religião evangélica. Maresias possuía por ocasião da pesquisa, três igrejas evangélicas e uma católica.

Gráfico 4 - Tempo de permanência em Maresias

Oitenta e dois por cento da população migrou entre 1990 e 2000, quando aconteceu também a grande demanda populacional e turística da região, estimulando a construção de muitas casas de veraneio. Dessa forma, foram gerados muitos empregos na região.

Durante a década de 1980, foi realizado o asfaltamento da Rodovia Rio-Santos, fator que provocou a absorção de grande contingente de mão de obra para execução desta obra. Atribui-se também a este fato o aumento da população na região compreendida pelo Litoral Norte do Estado de São Paulo.

Quadro 6 - Trabalho das entrevistadas em Maresias.

A maioria da população (79%) encontrou trabalho, relacionado à rede de serviços oferecida aos turistas e moradores em Maresias.

As mulheres mais pobres têm enfrentado maiores obstáculos para a sua inserção no mercado de trabalho, devido, por um lado, a um nível baixo de escolaridade e qualificação e, por outro por causa da falta de serviços e equipamentos para o cuidado infantil.

Ainda há que se considerar que os sistemas político, econômico e social do Brasil é construído por logísticas preponderantemente excludentes, dando origem a uma pobreza que se arrasta por muitos anos. Portanto, faz-se necessário organizar e integrar ações, propostas e estratégias de desenvolvimento local, que se insiram em projetos sustentáveis.

Enquanto continuar esta grande distância entre ricos e pobres esse fosso, "quase intransponível", um verdadeiro *apartheid*, onde as relações de gênero ainda permanecem invisíveis, haverá ausência de justiça e equidade.

Gráfico 5 – Entrevistadas que estavam trabalhando por ocasião da pesquisa.

Dos 80% de mulheres que declararam estar trabalhando, 19% exerciam apenas a função de "dona de casa", trabalho desempenhado sem remuneração, visto não ser reconhecido pela sociedade.

No passado, era habitual que a mulher deixasse de trabalhar fora para se dedicar ao cuidado de seus filhos e, quando retornava ao mercado de trabalho,

o fazia com menor intensidade, atualmente, isso não acontece com frequência. Essa tendência significa o aumento da trajetória das mulheres no mundo do trabalho, por outro lado, significa também, para amplo segmento de trabalhadoras, dificuldades de conciliar a vida doméstica e familiar com o trabalho. Essa "dupla jornada" é, ainda, muito desigual, pois as responsabilidades domésticas e familiares são atribuídas quase que exclusivamente à mulher, além de haver insuficiência de serviços e equipamentos de cuidado infantil oferecidos pelo Estado que poderiam colaborar para minimizar essa situação.

Segundo ARRUDA (2001) as redes de colaboração solidária entre os diferentes setores da sociedade organizada, estão cada vez mais presentes, o que exige o compromisso dos poderes públicos com a democratização do poder, da riqueza, do saber, levando-os a estimular a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania.

Para isso ocorrer é necessário que o Estado atue em dois níveis; buscando não apenas garantir, proteger e promover projetos próprios e democráticos de desenvolvimento sócio-econômico e humano, construídos a partir da participação da sociedade civil no nível local e nacional, mas também relacionar-se de forma cooperativa e solidária com outros países, procurando na comunidade internacional valores centrados na cooperação, na solidariedade e no respeito à soberania das nações.

Adotar esse enfoque, pode ser uma possibilidade concreta para diminuir as desigualdades, visando a busca de equidade e de uma sociedade mais democrática e justa.

Gráfico 6 - Funções citadas pelas entrevistadas remuneradas que trabalhavam em Maresias

* Serviços gerais de restaurante referem-se a lavar pratos, cortar legumes, auxiliar em atividade geral de cozinha.

Apesar do crescente desemprego existente em todo país, observou-se que 61% da população entrevistada encontravam-se trabalhando, predominantemente como faxineira ou caseira, sem vínculo empregatício, contribuindo para a invisibilidade do trabalho e da participação das mulheres no desenvolvimento econômico (que acabam sempre ficando fora das estatísticas). O desemprego da população hoje corresponde a 20%, segundo estatísticas oficiais de âmbito nacional.

Entretanto, os serviços desenvolvidos por esta população de migrantes, apesar de não terem cobertura da seguridade social, têm contribuído, sobremaneira, para a manutenção, o apoio e o funcionamento da rede de infraestrutura local.

Segundo MIRANDA (2000), o Brasil, apesar de signatário do Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, não apresentou até hoje à ONU o relatório sobre o seu cumprimento, inclusive, até o ano 2000, não havia implementado o programa de direitos econômicos, sociais e culturais.

Esse pacto prevê a possibilidade efetiva de criação de novos empregos e postos de trabalho, bem como a busca de novos mercados. Os projetos de bolsa escola, entre outros, podem contribuir para minimizar os problemas econômicos das famílias. No entanto, não podem e nem devem substituir as políticas públicas de emprego, tão necessárias ao país.

Por meio de indicadores de desemprego, elaborado por pesquisa mensal de emprego (PME) segundo IBGE (2001), é possível perceber como o mercado de trabalho regional vem sendo incapaz de absorver a mão de obra disponível.

A Organização Internacional do Trabalho - OIT conceitua o “desemprego aberto” como o conjunto de pessoas que não exerceu qualquer atividade produtiva, mas que tomou medidas efetivas na busca de trabalho durante o mês. Porém, o desemprego também refere-se na verdade, à aquela pessoa que nunca teve um emprego formal, com registro em carteira.

O direito à inclusão pelo trabalho cada vez mais tem se tomado um objetivo a ser alcançado e, está cada vez mais, distante de ser concretizado. Isso exige a participação de todos no desafio de enfrentar a exclusão social, problema que tem se agravado, pelo desemprego especialmente nas duas últimas décadas e que tem como uma das causas a concentração do capital no sistema financeiro, com a diminuição da produção industrial.

Quadro 7 - Atividades desenvolvidas pelas mulheres antes da migração.

Estudando	14%
Trabalhando na zona urbana:	
- com registro	18%
- sem registro	28%
Trabalhando na zona rural:	
- sem registro	3%
Trabalhando sem remuneração:	
- exclusivamente em casa	20%
Sem emprego	17%

Antes da migração para Maresias, grande parte das entrevistadas encontrava-se, em seu local de procedência, estudando ou trabalhando. Apenas 18% do total encontravam-se no mercado formal de trabalho, com registro em carteira.

Essa perversa constatação de desemprego ou sub-emprego, de que menos de ¼ da população tem trabalho formal, deve-se em grande parte, ao avanço do neoliberalismo e à fragilização das políticas públicas sociais, que geram situações que revelam um quadro crescente de desigualdade e de *vulnerabilidade para as mulheres*.

Para Abramo (2002), em pesquisa realizada na América Latina, nas três últimas décadas, a taxa desemprego feminina no ano de 2000 era 30% superior à dos homens. Nos setores mais pobres, a taxa de desemprego feminino era de 19% em 1998, o que significa que uma em cada cinco mulheres pobres desejava e necessitava trabalhar, e não podia fazê-lo, apesar de estar buscando ativamente trabalho.

Quadro 8 - As entrevistadas deixaram a terra natal pelos motivos assim expressos.

Para encontrar parentes	39%
Falta de emprego	37%
Em busca de melhor salário	17%
Por causa da violência na cidade natal	5%
Para fazer tratamento médico	2%

Dos motivos citados, 39% vieram encontrar parentes. Dessas, a maioria veio ao encontro do marido que chegou antes para conseguir um emprego; 37% alegaram que vieram à procura de emprego, por não ter encontrado no seu local de origem. Dezesete por cento tinham emprego, mas não ganhavam salário suficiente para a sua sobrevivência.

Gráfico 7 - Tomada de decisão sobre o ato de migrar para Maresias.

As 53% que alegaram ter motivos para a migração, a grande maioria disse que veio em busca de emprego por achar que aqui teriam mais facilidades por já terem parentes residindo em Maresias.

Quadro 9 - Motivos pelos quais as entrevistadas (53%) decidiram por si só mudar para Maresias.

Para arrumar emprego – 24%
Por ter parentes lá – 15%
Porque lá era melhor – 14%

A decisão dessas mulheres deu-se pelo fato de terem um lugar para ficar, ao chegar, e pelos contatos já estabelecidos por familiares conhecidos ou mesmo conterrâneos, que as ajudassem com informações e recomendações para a obtenção de empregos e obtenção de documentos e para identificar oportunidades.

Muitas vezes, até a ajuda para a construção das casas dá a estas pessoas a sensação de reconhecimento na comunidade e relativa estabilidade social, o que lhes permite tentar alcançar seu objetivo, de progredir, melhorar, vencer. Quarenta por cento acreditava que iam arrumar emprego por Maresias ser “um lugar melhor”.

Quadro 10 - Decisão de mudar para Maresias influência de outra pessoa.

Marido	25%
Pais	9%
Irmão ou irmã	8%
Filhos	3%
Amigos	2%

As mulheres entrevistadas (47%), alegaram não ter decidido por si só migrar. Afirmaram tê-lo feito pela necessidade de acompanhar seus familiares (45%) ou devido à influência de amigos (2%).

Gráfico 8 : Existência ou não de contato da migrante em Maresias.

A grande maioria afirmou que tinha contato anterior à vinda para Maresias. Os parentes mais contactos foram irmãos, que, ao se estabelecerem, “mandavam buscar” os outros parentes por acreditarem que o local oferecia boas possibilidades de independência econômica, realização profissional e pessoal, pois era um lugar em que o acesso ao direitos de cidadania era possível.

Entre as que eram casadas, 25% afirmaram que seus maridos tinham vindo antes para se estabelecerem no emprego e fixar residência.

Quadro 11- Com a vinda para Maresias houve mudança nas condições da vida.

Melhorou = 67%
Permaneceu igual = 25%
Piorou = 8%

A grande maioria acreditava e percebia melhoria na suas condições de vida. A migração estava relacionada à possibilidade de adquirir emprego e outros bens, incluindo acesso aos poucos, porém existentes, equipamentos sociais, como creches, escolas, postos saúde.

O desejo de possuir a casa própria, ter um "chão", um espaço influenciou e estimulou a migração, alimentando a esperança de ganhar o sustento por meio de um trabalho, mesmo que fosse fazer "biscate", sem vínculo empregatício e sem oferecimento de garantias previdenciárias ou de planos de saúde.

Entretanto, quando perguntou-se sobre a possível volta à terra natal, a grande maioria trazia um brilho no olhar que parecia refletir a possibilidade de retomar às suas origens, o que permitiria resignificar a estruturação da sua personalidade, tornar-se sujeito, apropriar-se das coisas legítimas, que sempre fizeram parte de sua vida.

Gráfico 9 - Pessoas que contribuíram para sua permanência no Bairro.

Os irmãos foram os mais citados em 38% das entrevistas, em seguida, aparecem os maridos (12%).

Noventa e dois por cento afirmaram ter algum tipo de contato anterior no bairro de Maresias, o que pode ter incentivado a migração e, muitas vezes, a fixação, por sentirem proteção nessa rede de parentesco.

A transformação acelerada e intensa na região, acarretou uma certa dificuldade para as migrantes desenvolverem uma identidade regional, pois, além da falta de “pertencimento” por parte da população, isto é, a falta de criação de vínculos, houve ainda a dificuldade em assimilar a nova realidade cultural, também transformada rapidamente em suas paisagens naturais.

Quadro 12 - Pessoas com as quais a entrevistada mora atualmente.

Com quem mora		Número de filhos	
Marido e filhos	58%	1 e 2 filhos	37%
Filhos	24%	3 e 4 filhos	32%
Pais	6%	5 e 6 filhos	8%
Irmãos	6%	Mais de 6 filhos	4%
Amigos	4%	Nenhum filho	19%
Só	2%		

A maioria das entrevistadas estavam casadas, ou viviam maritalmente.

Quanto ao número de filhos, mostrou-se a tendência para a redução da natalidade: 37% tinham de 1 a 2 filhos, 32% das mulheres declararam ter até quatro filhos.

Esta tendência atual para a redução do número de filhos, no Brasil segundo BERQUÓ (1993), deve-se o uso de contraceptivos, e pode ser comparado aos números encontrados em países desenvolvidos e modernos. A redução da fecundidade fez com que as taxas passassem de 4.5 filhos em 1980, para 3.5 em 1984 chegando a 2.5, em 1991, e 1.8, em 2000, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A queda de fecundidade aconteceu não só no Brasil, mas também em vários países na América Latina, nos quais o desenvolvimento econômico e diversas intervenções do Estado, por meio de programas realizados junto à população principalmente de baixa renda, afetaram os padrões reprodutivos.

Ainda hoje, o “filho é da mãe”, é ela quem fica com o ônus e os encargos da educação e cuidados das crianças, além do trabalho doméstico. Sem compreender bem esta realidade. Muito pouco tem sido feito para fortalecer a capacidade das mulheres em implementar e escolher outras opções reprodutivas.

Para LOUREIRO (1995) as políticas populacionais devem ser guiadas pela preocupação com o bem estar reprodutivo da mulher e não apenas centradas na redução da fertilidade. A capacidade da mulher em manter uma vida saudável, ter uma vida ativa, gerar filhos saudáveis, escolher uma atividade produtiva e decidir sobre sua vida reprodutiva com relação a quando e quantos filhos quer ter, vai depender das políticas públicas e das restrições que ela tem que enfrentar no contexto sócio econômico e cultural no qual está inserida.

Segundo CORREIA (1995), os direitos sexuais e reprodutivos implicam na revisão de aspectos políticos e sociais, possibilitando garantias contra abusos pelos governos que visam exclusivamente ao controle da natalidade. É fundamental promover o exercício de escolhas pessoais, para que as mulheres possam ter autonomia e direito de fato sobre o próprio corpo. Para isso, é necessário aumentar os recursos financeiros e que as comunidades tenham serviços de saúde de qualidade, onde as mulheres possam ser informadas sobre a sexualidade, a fecundidade, o parto, a saúde reprodutiva e sexual e a criação dos filhos.

A garantia desses direitos dependerá da transformação das condições estruturais que cerceiam as mulheres nas suas decisões sexuais e reprodutivas.

Os esforços das mulheres para participar com justiça dos benefícios do desenvolvimento dependem, também, de políticas públicas e de programas do governo que visem à saúde integral da mulher e a sua integração nos processos do desenvolvimento. Destaca-se aqui a importância de se reconhecer a sua função reprodutiva, considerando a maternidade como uma grande e importante função social.

Gráfico 10- Número de pessoas que têm ajudado na manutenção da família.

Quarenta e oito por cento das entrevistadas responderam que ajudavam nas despesas com seus salários e acreditavam que, sem essa ajuda, seus filhos ficariam sem atendimento para as necessidades básicas. Apenas 30% dos homens participavam da manutenção da família.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos DIEESE (2000) esses dados estão coerentes com as estatísticas nacionais, nas quais o índice de desemprego entre as mulheres da população é de 20%.

Tem aumentado a contribuição econômica das mulheres nos rendimentos familiares. Segundo o IBGE (2000), entre 25% a 35 % das famílias latino-americanas são atualmente chefiadas por mulheres. No Brasil, em ¼ das famílias, são as mulheres as únicas ou principais provedoras e contribuem com 50% ou mais da renda total. A situação das mulheres em Maresias, corresponde às estatísticas nacionais. A renda obtida por meio do trabalho pode significar a diferença entre estar situado na extrema miséria, na pobreza, ou fora dela e têm contribuído, sobremaneira, na qualidade da educação, saúde e nutrição dos filhos.

Quadro 13 - Atividades de lazer que as moradoras de Maresias realizavam

Trabalhavam	19%	Caminhavam	7%
Iam à praia	15%	Assistiam TV	5%
Iam à igreja	11%	Visitavam a família	2%
Dançavam	10%	Pintavam	2%
Bordavam	8%	Iam à cachoeira	2%
Não tinham tempo	15%	Não tinha nada a fazer	15%

(múltipla escolha)

O que chamou a atenção, durante as entrevistas, foi que 19% das mulheres consideravam o trabalho como fonte de lazer e 15% alegaram não ter tempo para nenhuma diversão. Embora Maresias seja uma cidade de praia, era reduzido o número de pessoas que se beneficiavam com isto e 15%. Reafirmaram o fato de ter migrado em busca de melhores empregos e novas oportunidades.

A exclusão às oportunidades lúdicas e ao lazer é tão incorporado pelas mulheres que 1/4 das pesquisadas consideravam que o trabalho se constituía como a única opção que tinham para se “distrair”, 11% achavam que ir a igreja era uma atividade de lazer.

Os espaços urbanos, em geral, são destituídos de lazer para as mulheres, o espaço público, tradicionalmente, têm tido a predominância dos homens e as atividades de lazer das mulheres estão geralmente circunscritas às atividades da família.

Como opção de lazer, em Maresias existe o “clubinho”, espaço criado pela comunidade para realizar os “forrós”. Porém, é freqüentado por apenas 10% das mulheres.

Gráfico 11 - Grupos com as quais as entrevistadas estabeleceram vínculo em Maresias.

Cinquenta e cinco por cento das entrevistadas, ao chegar em Maresias, estabeleceram vínculo com os seus vizinhos. Afirmaram, em seus depoimentos, que as próprias vizinhas as socorriam nas horas de "aperto", cuidando dos filhos quando tinham consulta médica ou quando precisavam se ausentar do lar. Além disso, faziam reveasamento para levar os filhos à escola, ensinavam e aprendiam coisas úteis do cotidiano, davam "dicas" sobre o funcionamento dos serviços de saúde, sobre como conseguir vagas na escola, onde e como conseguir trabalho fora da temporada (período que compreende os meses de dezembro a fevereiro), enfim estabeleciam importantes redes de auto-ajuda para a sobrevivência.

Para TAVARES (2004), as mulheres se apropriam das informações sobre seus direitos e se unem para lutar usando a criatividade, para conquistarem ao menos um pouco de cidadania com os poucos recursos que possuem.

Quatorze por cento das entrevistadas não estabeleceram vínculos por ocasião de sua chegada a Maresias, o que deve ter dificultado muito sua adaptação ao local.

Gráfico 12- Participação ou não das mulheres em grupos sociais locais

A maioria, ou seja, 70% das mulheres não pertenciam a nenhum tipo de grupo, apesar de o local ter estabelecido e em funcionamento alguns grupos, tais como: grupo de mães, da igreja, da associação de moradores do bairro e outros grupos de pessoas que freqüentam oficinas sobre técnicas de reciclagem. As entrevistadas alegaram desconhecer esses grupos e não terem muito interesse, pois estavam muito voltadas para o seu cotidiano na luta pela sobrevivência. Demonstraram não ter muita consciência política e não davam importância para as associações.

Vinte dois por cento achavam que pelo fato de "ir à igreja" já estavam participando de um grupo, porém não desenvolviam aí nenhuma atividade.

Gráfico 13: Sentimento de discriminação por parte das moradoras de Maresias por ocasião da chegada à cidade.

74% Não sentiu discriminação e 26% sentiu-se discriminada.

Motivos da discriminação:

Por ser nordestina	10%
Por ser pobre	5%
Por ter muitos filhos	4%
Por ter AIDS	2%
Por ser solteira com filho	2%
Por não conseguir emprego	2%
Por ser jovem	1%

Apesar do fato de 74% terem relatado não terem sofrido discriminação, ainda assim fica evidenciado que para 10% o fato de que ser migrante do Nordeste foi um fator de discriminação, seguido do fato de ser pobre, ter muitos filhos, enfim de não "pertencer" à classe média, ou alta, não ser do Sudeste, tido no imaginário nacional como o lugar onde as pessoas são mais avançadas, com melhor nível educacional e econômico, enfim mais "pertencentes" ao padrão idealizado e imposto pela sociedade.

Quando o indivíduo não crê na sua própria atuação, e não se interessa em última análise, pelo seu papel público, muitas vezes o migrante incorpora para si a imagem preconceituosa que se tem dele. O migrante geralmente é visto como um “baiano” incapaz, um sem lugar, sem pertencimento, inadequado, alguém que não sabe fazer as coisas, ficando estigmatizado.

O estigmatizado* para GOFFMAN (1980)*, ao tomar para si a imagem que se atribuiu a ele, internaliza e introjeta os atributos a ele designados, acaba se comportando por este padrão estabelecido. Ao sentir-se não pertencente, não merecedor, não se inclui, nem incorpora os direitos e deveres do local onde habita, vive “descolado” da realidade, muitas vezes em permanente mudança. Não se insere, muitas vezes por não ser incorporado ao lugar, fazendo parte de um grupo, denominado “população flutuante”, que não é levado em conta, e assim cria-se uma ciranda *ad infinitum*: não se fixa porque não é levado em conta, não é levado em conta porque não se fixa. Na realidade, acaba fazendo parte de um grande exército invisível que movimenta, dá dimensão, transforma e constrói o país.

A Conferência de Viena, organizada pela ONU, realizada em 1993, em defesa plena dos Direitos Humanos e Cidadania, tornou-se um marco mundial por ter firmado o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, para proteção formal dos Direitos Humanos, base para denúncias a qualquer tipo de discriminação. Visava a promoção e busca por caminhos alternativos para a humanidade superar a iniquidade e a injusta distribuição de riquezas, do poder e do saber.

Após 50 anos, na declaração dos Direitos Humanos (1944-1994), os direitos das mulheres, pela primeira vez foram reconhecidos como direitos humanos. Foi quando lançou-se o *slogan* “sem as mulheres não existem direitos humanos”

Cinco por cento das mulheres entrevistadas sentiram discriminação por serem pobres e dois por cento por não terem emprego.

Nas últimas duas décadas aumentou o problema do desemprego estrutural, hoje estimado em 1,2 bilhões de pessoas no mundo, a superexploração dos recursos naturais tornou-se mais evidente e as dívidas externas ficaram impagáveis. Se neste cenário não vingar os Direitos Humanos

* (Goffman 1980) estigma em grego significa: sinal, marca

Econômicos, Sociais e Culturais, os próprios avanços nos direitos civis e políticos ficarão comprometidos com o crescimento da violência, da xenofonia do racismo, da intolerância e do autoritarismo.

Essa conjuntura demanda a imediata reorganização da Organização das Nações Unidas - ONU , não há hoje, no mundo mecanismos objetivos para combater a marginalização dos grupos e populações vulneráveis e para garantir os direitos das futuras gerações.

Quadro 14 - Hábitos e lembranças culturais da cidade de origem ainda cultivados

Das mulheres entrevistadas, 79% relataram que continuavam em Maresias a contar histórias de seu lugar de nascimento e também mantinham o hábito de comer comidas típicas e, desta forma, procuravam manter contato com suas origens. Ao contar histórias, estavam relembando e reforçando características que eram próprias de sua região, como um processo de resistência para manter a sua identidade e preservar a sua cultura. Essas pessoas consideravam importante então o sentimento de pertencimento a um grupo, de manter os hábitos da cultura original.

Tornar presentes os desejos conscientes ou inconscientes resgatando a sua história de vida, a sua história pessoal e do seu grupo familiar, social, em uma determinada época, levando as mulheres a recuperar uma parte da sua história coletiva.

Quadro 15 - Tradição de fazer e consumir comida típica da sua terra

As mulheres migrantes, 83% responderam que costumavam manter suas tradições alimentares principalmente em dias de festas e comemorações fazendo comidas típicas, como vatapá, caruru, moquecas, procurando, desta forma, manter o contato com sua cultura e tradições.

Quadro 16 - Desejo de voltar à terra de origem.

38% - Sim

62% Não

Motivos pelos quais voltariam:	
Para reencontrar a família	23%
A escola lá é melhor	7%
Lá tem menos violência	4%
Lá tem mais lazer	4%
Motivos pelos quais não voltariam:	
Lá não tem emprego	31%
Já se acostumaram aqui	25%
Lá tem mais violência	4%
Procurando ar puro	2%

Trinta e oito por cento das mulheres gostariam de voltar para a sua terra natal, ao seu local de origem, entretanto, relataram que não podiam se arriscar por entender que lá (terra natal) não havia emprego.

Muito embora, o retorno seja o grande sonho, muitas achavam vergonhoso voltar "sem ter vencido na vida", o que predominou foi a busca de oportunidades para melhorar de vida e isso exclui o retorno, embora seus

locais de origem permanecessem no seu imaginário como o lugar que simbolizava o reconhecimento de suas identidades.

Do total de entrevistas, 31% relataram que o principal motivo de sua retirada e da necessidade de migração aconteceu por procura de trabalho.

Muitas ficaram tristes ao falar da família e sentiam saudades, enquanto 25% disseram já ter se adaptado e acostumado a Maresias, nem pensavam em voltar, não tinham este tipo de preocupação, já estavam inseridas na vida local, assumiram os problemas e buscavam solução no próprio local de moradia.

A experiência de migrar está relacionada a necessidade de procurar trabalho, de obter documentos, de arrumar moradia e demanda um processo de ressocialização onde estão presentes representações que expressam uma alteração de padrões culturais.

Para Muszynski (1986) a pessoa migrante reage, muitas vezes, com a nostalgia daquilo que perdeu, da trama de relações pessoais e comunitárias onde se reconheciam e eram reconhecidos. Enfrentando o quase isolamento no qual se vêem na chegada a um ambiente desconhecido; a ignorância das regras do outro lugar, o medo de serem enganados, a exigência de papéis de identidade cuja obtenção muitas vezes é complexa e cujo significado pode ser incompreensível, a luta por empregos em que os critérios nem sempre valorizam suas habilidades e saberes.

Quadro 17 - Situação de posse da residência das entrevistadas.

Um dos fatores preponderantes para as mulheres se fixarem em Maresias deu-se pelo fato de ter “um lugar para viver”. 65% delas relataram ter casa própria, e pretendiam manter essa residência, não pretendiam vender, achavam também que deviam melhorar o lugar onde viviam. As que ainda não possuíam casa acreditavam que iriam consegui-la.

Para que este sonho se concretize é de fundamental importância para organização da vida das mulheres, a implantação de políticas públicas que viabilizem o financiamento a inclusão das mulheres nos programas de moradia popular e regularização das habitações já existentes. É necessário criar, planejar inserir nos espaços urbanos áreas de entretenimento e de cuidados para as crianças e idosos, como creches, praças entre outros.

A maioria das residências era simples, possuindo o básico para abrigar as famílias, embora tivessem os eletrodomésticos essenciais. As casas eram limpas, organizadas e era motivo de orgulho, mantê-las “bonitas e com conforto”.

As mulheres pagavam preço justo pelo aluguel de cômodos geralmente em casa de pessoas conhecidas. Ou habitavam casas cedidas por patrões, onde exerciam a função de caseiras.

Quadro 18 - Quantidade de cômodos das residências das entrevistadas

Número de Dormitórios		Número de Banheiros	
1 –	45%	1 –	82%
2 –	34%	2 –	13%
3 –	18%	3 –	3%
4 –	2%	4 ou + –	2%
5 ou + –	1%		

Observou-se que 79% das residencias tinham até dois dormitórios, eram casas simples, construídas em terrenos pequenos, com até 200m2, geralmente

em alvenaria. Eram poucas as casas construídas em madeira. no máximo 10 casas. Oitenta e dois por cento delas tinha um banheiro, em algumas casas (5) não havia banheiro, sendo utilizado o quintal como banheiro, muitas não tinham fossa e nenhum era provida de esgoto sanitário.

As casas, em sua quase totalidade eram muito limpas. Era visível o esmero na sua arrumação e as mulheres apresentava um “certo orgulho” por possuir e preservar seus bens.

Quadro 19 - Situação de saúde relatada pelas mulheres por ocasião da entrevista.

As mulheres achavam que a saúde é um “bem pessoal”, e que a sua boa saúde e a saúde da família dependia delas. Setenta e quatro por cento afirmaram se achavam saudáveis, a saúde era vista como uma dádiva de Deus, que “olha e abençoa” suas vidas.

A Organização Mundial da Saúde - OMS (1999) reconhece as mulheres como sendo as principais provedoras da atenção primária e as que contribuem para a efetiva qualidade de vida.

A saúde deve ser vista como resultante das condições de vida e do meio ambiente. Para PELICIONI (2000) é fundamental buscar por meio da estratégia de promoção da saúde, melhorar a qualidade de vida da população tendo como um dos seus desafios, transformar as relações sociais onde muitos são excluídos em detrimento de interesses econômicos de poucos e ter, como meta, propósitos e propostas sociais para o bem estar de todos.

A promoção da saúde segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, OPS (1990) é: “a soma de todas as ações da sociedade, dos serviços de

saúde, das autoridades sanitárias e de outros setores sociais produtivos dirigidas ao desenvolvimento de melhores condições de saúde individual e coletiva”. Assim, a saúde depende de múltiplos fatores e precisa efetivamente envolver outros setores para obtenção de um desenvolvimento sustentável principalmente no que se refere às condições sócio-econômicas, às condições de trabalho, ao ambiente natural e construído.

O papel da saúde pública é ter como critério a equidade no acesso dos serviços e o bem estar social dos usuários. Isso depende diretamente de políticas e de recursos dirigidos às mulheres, que por sua vez, dependem de ajuda para a manutenção da saúde da família inclusive para combater os agravos que acometem seus filhos.

Problemas de saúde, existentes antes à vinda para Maresias

A maioria 79% relatou que **não** tinha qualquer problema de saúde antes de vir para Maresias, apenas 21% relataram problemas de saúde anteriores.

Quadro 20 - Problemas de saúde anteriores à vinda para Maresias.

Sim – 21%			
Pressão alta	5%	Dor na coluna	1%
Alergia	4%	Varizes	1%
Depressão	2%	Garganta inflamada	1%
Gastrite	2%	Dor de ouvido	1%
Enxaqueca	2%	Esquistossomose	1%
Hérnia	1%		
Não – 79%			

(múltipla escolha)

Muitas entrevistadas 79% relataram sentir grande alívio por não ter tido problemas de saúde antes de chegar em Maresias; as 21% que relataram ter tido algum problema de saúde, citaram: pressão alta, alergia, depressão, gastrite e enxaqueca.

As mulheres de maneira geral, não confiavam completamente no sistema de saúde, pois o percebiam como deficitário

Segundo as mulheres entrevistadas, o atendimento deixava muito a desejar:

“Os médicos daqui, quando tem, não tem paciência com a gente”,

“ O atendimento no posto é péssimo, só se preocupam em ficar arrumando cargos para os cupinchas, sem se preocuparem com os serviços prestados para a população, e ainda pensam que somos trouxas e não entendemos essas coisas”.

Ou ainda, *“Você pode acreditar que aqui não tem pediatra para as crianças, isso vai deixando a gente nervosa”.*

Quadro 21 - Problemas de saúde percebidos após a chegada a Maresias e relatados pelas entrevistadas.

30% Relataram ter :					
Pressão alta	5%	Gastrite	1%	Hepatite	1%
Colesterol alto	4%	Infecção renal	1%	Reumatismo	1%
Derrame	3%	Tuberculose	1%	Bronquite	1%
Infec. pulmonar	3%	Nódulo no seio	1%	Probl.no ovário	1%
Esterectomia	2%	Enxaqueca	1%	Osteoporose	1%
Hérnia	1%	Rinite	1%	Hanseníase	1%

Entre as 30% que relataram ter tido algum problema de saúde, as doenças mais citadas foram: (5) pressão alta, (4) aumento de colesterol, (3) infecção pulmonar e duas foram esterectomizadas. Foram citadas ainda a existência de hanseníase e tuberculose.

Observou-se que as mulheres depois de terem se mudado para Maresias, relataram que houve um aumento em 9% de seus problemas de saúde. Mesmo

...e, a maioria relatou reconhecer que a qualidade de vida melhorou em vários aspectos, especialmente em relação ao trabalho.

Para PELICIONI (1998), a qualidade de vida se expressa mediante a utilização de indicadores sociais concretos e objetivos como a taxa de desemprego, a densidade populacional e outros subjetivos, abstratos, baseados em informações colhidas diretamente dos indivíduos que compõem uma população em estudo. Não há como dissociar qualidade de vida e comportamento do indivíduo e da sociedade, resultante da sua organização e do seu desenvolvimento cultural.

A educação, a cidadania e a participação popular são caminhos que concretamente podem transformar a vida das mulheres com sustentabilidade, além de possibilitar a realização de seus sonhos, o atendimento de seus anseios e necessidades.

A luta pela melhoria da qualidade de vida nos bairros mais periféricos e na área rural, o debate sobre a pobreza, a destruição ambiental e o crescimento populacional incluem a afirmação dos direitos legítimos das mulheres.

Quadro 22 - Tipo de atendimento utilizado.

Público = 90%
Particular = 8%
Convênio = 2%

Grande parcela da população tem utilizado o serviço público (90%), devido à situação econômica precária do grupo. Chama a atenção o número de beneficiárias e convênios e planos de saúde ser tão baixo (2%).

Quadro 23 - Possibilidade de aquisição ou não dos remédios prescrito pelos médicos.

Como já foi dito, a grande maioria tinha o serviço público como referência para o acesso à saúde, 78% relataram receber medicamentos gratuitamente no Bairro Maresias que possui um Posto de Saúde com três agentes de saúde que fazem parte do atendimento do Programa de Saúde da Família (PSF). Cada um desses agentes é responsável por um setor que foi mapeado, seguindo critério geográfico. Suas visitas às famílias são semanais, os casos são repassados para a equipe médica sempre que necessário e o atendimento é feito em nível de atenção primária. Os casos mais complexos de atendimento secundário ou terciário são encaminhados à cidade de São Sebastião, que conta com um hospital público e um atendimento laboratorial.

Quadro 24- Distribuição de causas de atendimento realizados nos últimos 12 meses.

Sim – 78%					
Preventivo	31	Pressão alta	3	Fazer carteira	1
Parto	6	Pressão baixa	2	Hanseníase	1
Nódulo no seio	4	Hipertensão	2	Dor nas pernas	1
Bronquite	4	Dor nos rins	2	Tuberculose	1
Inflamação ovário	4	Obesidade	2	Oculista	1
Inflamação no útero	3	Varizes	2	Queimadura	1
Diabetes	3	Dor de cabeça	2	Febre	1
Dor de estomago	3	Menopausa	2	Tombo de bicicleta	1

As causas de atendimento relatadas por 78% das mulheres foram principalmente a grande procura por atendimento aconteceu para realização de procedimentos de prevenção. Os atendimentos mais complexos foram encaminhados para a cidade de São Sebastião, onde realizou-se por exemplo, 6 partos. As entrevistadas disseram procurar os serviços em “último caso” e reclamaram pela falta de médico nesses serviços, pela demora, de até três meses para marcar consulta e sentiam ainda que não eram bem atendidas. Afirmaram as entrevistadas, que “quando tinha médico não tinha medicamentos” ainda diziam “não perceber melhora após a consulta, e que este era um dos motivos porque usavam o serviço só em último caso”.

Quadro 25 - Exames de laboratório preventivos realizados.

Os exames mais citados foram:

Exame de Mama		Papa-Nicolau	
Menos de 1 ano	19%	Menos de 1 ano	42%
Mais de 1 ano	18%	Mais de 1 ano	33%
Nunca fez	63%	Nunca fez	25%

O grande número de mulheres que nunca realizou exame de mama (63%) e que nunca fez papanicolau (25%), revela o descaso dos serviços básicos de atenção a saúde. Faltam campanhas preventivas alertando as mulheres para esse grave problema. É preocupante saber que embora estando o câncer de colo de útero entre as principais causas de morte, ¼ da população entrevistada declarou nunca ter feito esse exame preventivo.

A saúde pública tem tido como desafio atender o máximo com o mínimo, com esse intuito, criou-se o Programa de Saúde da Família (PSF). Relacionado e calcado na massificação de programas de atendimento domiciliar – sem levar

em conta as diversidades e necessidades regionais – dobra a quantidade de pessoas atendidas, sem melhorar a qualidade do atendimento nas Unidades de Saúde. Essas ações básicas de saúde com recursos humanos de baixo custo e precária capacitação profissional acabam por aumentar a contratação dos Agentes Comunitários. Sua profissão ainda não foi regulamentada e muitas vezes esses agentes ganham menos que um salário mínimo conforme a região, em disparidade ao que é proposto pelo Sistema Único de Saúde - SUS, que preconiza um atendimento público de boa qualidade, universal, integral e com controle social.

O atendimento realizado pelo Programa da Família por meio de visitas domiciliares no Estado de São Paulo, não tem mobilizado suficientemente a população para a importância da prevenção. Isso mostra claramente a necessidade de discussão dos casos detectados na capacitação e reciclagem permanente da equipe de atendimento para sensibilizar a população usuária para a prevenção de doenças e a promoção da saúde.

Essa forma de atendimento tem sido excludente e impedido o acesso de muitas mulheres. Tem ainda revelado a logística de atendimento neoliberal, onde prevalece o conceito de "quem pode pagar é atendido", quem não pode tem que se contentar com um modelo de segunda linha. Esse modelo privilegia e destaca apenas a maternidade, e não a saúde integral em todas as fases da vida da mulher, o que tem sido reivindicação do movimento organizado de mulheres, que lutam, anseiam e esperam por isso desde o início dos anos 1970.

Quadro 26 - Periodicidade de consulta aos médicos.

Só quando estão doentes 56%	De 6 em 6 meses 18%
1 vez ao ano 18%	Doentes crônicas vão de 2 em 2 meses 8%

Mais da metade da população entrevistada não reconhece a importância de exames preventivos. Declararam procurar pelos serviços de saúde basicamente quando estão doentes (56%) e apenas 18% tiveram efetivamente acompanhamento médico por apresentarem algum tipo de agravo de saúde.

As mães levavam seus filhos ao médico para acompanhamento, porém muitas alegaram não ter médico pediatra no posto saúde.

Para **B** que é agente de saúde: *“Todas pessoas deveriam ser cadastradas no posto de saúde. O cadastro deveria ser individual para se monitorar melhor a pessoa e não a família”.*

Para uma moradora *“Não adianta ir ao posto, nunca tem médico”*

Quadro 27- Hábito de levar os filhos ao médico.

Sim – 74%	
Rotina	45%
Quando está doente	11%
Quando tem médico	9%
Não tem nada	9%
Não – 26%	

O número de mães que **não** leva os filhos ao médico é grande. Chega quase a 1/4 o número das mulheres que não fazem o acompanhamento de saúde dos filhos, com o especialista, alegando: falta de médico e que os filhos têm saúde ou que não apresentam problemas de saúde.

Distribuição do tempo que tinham o hábito de fumar

A saúde depende de hábitos saudáveis, como alimentação e exercícios físicos; no entanto, ¼ das mulheres relatou ter hábito de fumar e fazer uso de bebidas alcoólicas. Quanto a ¾ das mulheres em média, responderam que não fumavam, e 28% das fumantes alegaram usar até dez cigarros/dia. E entre 2 e 5 anos está a média de tempo como fumantes.

Hoje sabe-se que está aumentando cada vez mais o número de mulheres fumantes, enquanto em alguns países o número de homens fumantes tem diminuído.

Gráfico 14- Frequência do uso de bebida alcoólica.

A maioria afirmou que não bebia, ou que apenas, no final de semana, tomava uma cerveja, 5% das entrevistadas bebiam todos os dias, poucas faziam uso de bebida mais “forte” como batidas, e outras

As mulheres são vistas como mantenedoras e responsáveis pelo cuidado da família. As de Maresias, compreendiam a importância de preservar a sua saúde, e da sua família. Como algumas afirmavam que tinham maridos que faziam uso (e abuso) de bebidas alcoólicas, não aceitavam absolutamente esse hábito, nem para si nem para eles.

Quadro 28- Uso de contraceptivos pelas mulheres de Maresias.

Sim – 95%	Não – 5%
Pílula Anticoncepcional	50%
Preservativo	45%
Laqueadura	16%
Injeção	2%
DIU	2%
Vasectomia	1%

Uma preocupação constante das mulheres tem sido a saúde reprodutiva e a contracepção. Da mesma forma, em Maresias esse assunto ocupa um lugar evidenciado na vida das mulheres, que correlacionavam o número de filhos que tinham com a qualidade de vida que possuíam.

Quase a totalidade das mulheres posicionou-se a favor do controle da gravidez, sendo o preservativo e a pílula anticoncepcional, os métodos contraceptivos mais utilizados.

No Brasil, entre 1980 e 1990, ocorreu elevado uso de esterilização feminina e a disseminação do uso de pílula anticoncepcional como contraceptivos, sendo que 41% dessas mulheres estavam na faixa de 15 a 54 anos e utilizaram esses métodos.

Entretanto, muitas questões ainda não foram respondidas em relação às necessidades individuais e sociais das mulheres neste assunto.

De acordo com BASSO (1993) a saúde é um componente fundamental do desenvolvimento e os indicadores de mortalidade geral, esperança de vida, mortalidade infantil, gravidez, e mortalidade materna têm enfatizado a necessidade de concentrar maior atenção na prevenção e na promoção da saúde da mulher em todas as fases da vida.

Ainda no âmbito dos direitos reprodutivos, de acordo com REIS (1993), a gravidez na adolescência tem acontecido em virtude da maturidade sexual precoce, forçando a expansão da população em idade fértil, associando a uma tendência à elevação da idade do casamento. A conjugação destas duas tendências implicou na ampliação, cada vez mais importante, da fecundidade não marital. A partir de 1970, a gravidez na adolescência deixou de estar

exclusivamente relacionada à pobreza, minoria étnica e marginalização institucional, passando a englobar outros setores populacionais, como exemplo adolescentes grávidas brancas de extrato sócio-econômicos mais elevados e escolarizados, incluindo em especial as jovens abaixo dos 15 anos.

A partir do ano de 1980 a gravidez precoce começou a aparecer *como sintoma e não como doença*, surgiram discursos que anunciavam um desejo genuíno da adolescente pela realização da maternidade, ao mesmo tempo, expressava a necessidade de evitar tais ocorrências.

Para REIS (1993), desta data em diante, a Saúde Pública, instaurou o discurso do “não deve” para a gravidez na adolescência, ao invés abrir-se para o desejo da adolescente constituindo um discurso que não fosse negativo, nem moral, mas ético. Poderia possibilitar que a adolescente assumisse este discurso e sustentando-o em seu próprio nome. Para que isso pudesse de fato ocorrer esse discurso deveria dispensar o “não deve”, e colocar a disposição das adolescentes meios materiais e culturais que promovessem a escolha para engravidar ou não, conforme a expressão do seu desejo. Desta forma, a Saúde Pública poderia produzir um discurso que não seria da ordem, mas sim o discurso do desejo e da escolha.

Segundo CORREIA (1995), trazer o debate sobre o próprio corpo, a contracepção, a gravidez, ou acesso aos contraceptivos, não representa para as mulheres a garantia de percepção de si mesmas como protagonistas e portadoras de desejos. Muitas vezes, as políticas públicas de saúde que promovem o acesso à saúde reprodutiva e aos contraceptivos, condição extremamente necessária, não tem sido suficiente para que as mulheres possam ter alternativas em suas vidas, uma vez que a contracepção envolve outros fatores: subjetivos, culturais, do desejo. Enfim é uma proposta diferente das oferecidas às gerações passadas que por não terem acesso às ações de saúde, tinham um grande número de filhos, e dessa forma restringiram suas vidas à esfera meramente reprodutiva.

Um dos problemas presentes entre as mulheres de Maresias, era a existência da AIDS. O quadro 40 mostra que elas falaram sobre o tema nas entrevistas.

Quadro 29- O que as entrevistadas sabiam sobre AIDS:

Doença que mata, causa morte	43%
Doença contagiosa que pode propagar	22%
Transmitida na relação sexual	11%
Não tem cura	10%
Tem parente com a doença	9%
Dá até medo de ouvir e de falar	5%
Praga, peste	3%
Drogas injetáveis	1%
Não sabe	3%

Quadro 30 - Formas pelas quais ouviram falar de AIDS.

Televisão	64%
Amigo ou parente contaminado	27%
Vizinho comenta	12%
Posto de saúde	9%
Palestras	9%
Jornal	8%
Escola	6%
Campanhas	3%

Algumas informações sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS, têm levado a idéia marcante de que é uma "doença que mata", e que as pessoas precisam se preservar.

Entre a população pesquisada, houve relatos de casos de AIDS na família, algo próximo, não mais distante que só podia acontecer na vida do outro. Apenas 3% das entrevistadas não souberam dizer nada a respeito do tema. A maioria adquiriu informações na mídia, especialmente por meio da televisão, porém muitas (27%) relataram ter conhecido "de perto" a doença por possuir amigos ou parentes contaminados, ou seja, a AIDS não era algo distante da realidade das pessoas, pois estava inserida na comunidade.

Já houve casos de morte muito comentados. ainda assim o uso do *condom* entre as mulheres laqueadas era dificilmente adotado. A esterilização cirúrgica era mais freqüente entre as casadas e com nível de escolaridade baixa, segundo Boletim do Ministério da Saúde (2003) coincide com os grupos populacionais mais atingidos pela epidemia do HIV-AIDS. A alta prevalência de DSTs, tem sido responsável pela razão homem-mulher ser de 1 para 1 infectado pelo vírus HIV com tendência de crescimento. Torna-se fundamental que os esforços estejam concentrados neste campo tanto em nível de pesquisas como em projetos de intervenção.

Estes dados são preocupantes na medida em que ratificam a idéia de que as mulheres se esterilizam por falta de uma política pública adequada de oferta de serviços na área da saúde reprodutiva. Ainda hoje, existe uma enorme dificuldade para as mulheres em compartilhar a responsabilidade da contracepção e a criação dos filhos com os parceiros. Depende, quase que exclusivamente, das mulheres o ato de negociar práticas sexuais mais seguras, como o uso do *condom*, mesmo assim as mulheres hoje encontram-se em situação de maior vulnerabilidade ao HIV.

Apesar de 34% delas relatarem que precisam se preservar, o uso do preservativo não tem sido uma prática habitual. Muitas preferem o uso de anticoncepcional que apenas evita a gravidez e não doenças sexualmente transmissíveis.

O quadro a seguir mostra que 20% das entrevistadas relataram casos de morte em sua família após a migração pelas causas aí demonstradas.

Quadro 31- Morte na família das entrevistadas após a ida para Maresias.

Sim – 20%			
Assassinato	6	Pneumonia	1
Enfarto	3	Câncer no estomago	1
AIDS	2	Septecemia	1
Nasceu morto	2	Natural	1
Alcoolismo	1		
Não – 80%			

Entre a população pesquisada 20% declarou que em sua família houve casos de morte, dentre estes, destaca-se o número elevado de mortes violentas por assassinatos ou homicídios relacionados ao uso e/ou tráfico de drogas ou abuso de bebida alcoólica. Entre esses houve também um caso de violência doméstica e de estupro, com assassinato de uma adolescente.

Esse fenômeno de explosão da violência é um sintoma, um grito de alerta, é sinal de um profundo mal-estar na civilização. Para SHILLING (2002), a violência social que permeia as relações e as instituições, é um modo perverso de chamar à atenção para ser ouvido.

Numa sociedade de exclusão social a construção da ideologia do isolamento tem sido determinada pela capacidade do indivíduo e seu potencial de consumo ser visto e muitas vezes estimulado como única via de acesso à cidadania. As comunidades mais pobres, por serem as menos notadas tornam-se quase invisíveis para as políticas públicas, ficando dessa forma evidenciada a ausência do Estado.

Os crimes como roubos e furtos, tornam-se visíveis, pois afetam a comunidade dos abastados, dos que possuem bens e têm sido uma constante no bairro, ainda que, muitas vezes atinjam também as pessoas de baixa renda.

A violência aparece como sintoma no espaço urbano

A exclusão social, cultura do isolamento e a violência urbana têm levado as pessoas à reflexão por ser um fenômeno complexo que envolve toda a sociedade. A violência opõe-se à ética que tem como ação o bem e o justo que determina a autoconstrução do sujeito. Isto significa não mais tratar o outro como coisa, pode significar o começo para superar a violência nas relações. Significa ainda poder descobrir-se como sujeito de direitos, descobrir o outro como sujeito livre, racional, sensível, capaz de fazer e agir com ética. Significa levar em conta as várias dimensões da violência, perceber seu sólido enraizamento com a estrutura econômica da sociedade, os diversos lugares e expressões ocultas. Isso significa abandonar as soluções individuais que reforçam o isolamento e a arquitetura da indiferença, (SHILLING 2002).

O direito deve ser um instrumento para servir as pessoas, não para se servir das pessoas.

Quadro 32 - Existência ou não de violência doméstica entre as mulheres de Maresias

Sim – 40%	Não – 60%
Falta de respeito, vergonha, covardia	13%
Um absurdo, um crime	13%
Tem que denunciar	6%
Eu mesma, vitimizada pelo marido	4%
Não deveria existir	3%
Falta de estrutura familiar	3%
Eu mesma, vitimizada pelo meu patrão	2%

Causas da violência doméstica na opinião das entrevistadas.

A violência doméstica foi citada por 40% das entrevistadas, ainda assim há que ressaltar, que por ser um lugar pequeno onde muitas pessoas se conhecem, “a vergonha” de abordar o tema, é muito presente. Uma das agentes de saúde comentou que existiam evidências de violência doméstica, entretanto, não se comentava o assunto.

Para TAVARES (2000), ao “esconder a violência”, sofrida sob a forma de ameaças constantes, o medo e a subjugação, estão muitas vezes relacionados à falta de medidas protetoras disponíveis para a pessoa agredida. Da mesma forma há falta de atenção por parte dos governantes em implantar políticas públicas que possam erradicar e punir os responsáveis por esse problema, que é grave e tem produzido consequências drásticas, pois a escalada da violência doméstica tem levado até mesmo a casos de homicídio.

A ausência de registro de informações sobre a violência doméstica, nos serviços de saúde e seus impactos tem impedido a elaboração de diagnósticos precisos sobre o fato.

Ainda segundo TAVARES (2000), é preciso reconhecer a violência doméstica como uma questão de saúde pública. O prontuário deveria incluir o quesito violência de gênero, pois tal procedimento pode acabar com a *via crucis* das pessoas que perambulam pelos serviços de saúde e são freqüentemente conhecidas como poliqueixosas ou aquelas que expressam vários sintomas, dores, incômodos difíceis de serem localizados, pois, as

queixas são vagas e essas pessoas não conseguem explicar nem seus sofrimentos.

Ao transformar essas queixas em uma questão de saúde pública, os responsáveis e profissionais dessa área, poderiam elaborar diagnósticos mais precisos e contribuir para minimizar as consequências geradas por problema tão sério.

Outros problemas apareceram ainda relacionados pelas mulheres entrevistadas, descritos no quadro 33.

Quadro 33 - Principais problemas que as entrevistadas enfrentavam no momento da pesquisa.

Sim – 63%	
Medo, solidão	25%
Falta de segurança	16%
Desemprego	15%
Problemas de saúde	13%
Não tem casa própria	11%
Não tem escola boa para os filhos	9%
AIDS na família	3%
Falta saneamento na moradia	3%
Não quis falar	5%
Não – 37%	

Sessenta e três por cento declararam ter algum tipo de preocupação. O desemprego era fonte permanente de tensão, o medo e as incertezas sobre a possibilidade de barreiras a serem enfrentadas para a sobrevivência, estavam presentes entre 15% da população pesquisada. Na ocasião, 1/3 das famílias eram chefiadas exclusivamente por mulheres.

A falta de segurança foi citada por 16%, por ser um local onde acontecem muitos assaltos e roubos e a violência urbana está sempre presente.

Os equipamentos sociais destinados à extensão do direito universal à educação, como exemplo as creches e pré-escolas não supriam a demanda. Fator fundamental de promoção da saúde física, mental e psicológica, o direito

da mãe trabalhadora ao repouso e tranquilidade de saber que seu filho esta em um espaço de aprendizagem, convivência, interação social tem por finalidade a justiça social, a igualdade e a dignidade da pessoa humana, o Estado de Bem Estar Social.

Observou-se que 1/4 da população têm medo da solidão, fenômeno freqüente na sociedade atual.

Segundo NOGUEIRA (1998), cada época gera a estrutura psíquica necessária para sua manutenção, isso funciona como mediação entre as condições sócio-econômicas e a ideologia, dessa forma os indivíduos começam a selecionar algumas percepções, excluir outras, construindo então as representações ideológicas, que acabam por funcionar como estereótipos enquanto representações coletivas. Isso pode ser verificado num processo de identificação, em que o sujeito introjeta parcial ou totalmente, por meio da imitação ou da incorporação, o objeto amado ou odiado, ou ambas as coisas simultaneamente, reagindo assim, ao amor ou ódio pela incorporação das propriedades do objeto, isto é, procura colocar dentro de si, internalizar esses sentimentos e identificações. Esse processo pode funcionar como mecanismo de defesa para o indivíduo sentir-se pertencente ao grupo que o circunscreve.

Para KLEIN (1977), tanto quanto a história nos revela, o ser humano sempre se encontrou à procura da "felicidade", na busca de prazer e na fuga à dor. Para alcançar seus fins produz cultura vista como um conjunto de significados que definem os padrões de comportamento. Entretanto, apesar de todo seu esforço, vive sob tensões e angústias e esses aspectos da natureza original permanecem no âmago da personalidade e da cultura.

Quadro 34- Formas usadas pelas entrevistadas para solucionar seus problemas.

Trabalhar mais para ter mais dinheiro	13%
Conversar mais	11%
Lutar para melhorar o atendimento na saúde	10%
Não depende de mim	6%
Rezar, pedir a Deus	6%
Buscar emprego	6%
Lutar por escolas melhores	6%
Evitar problemas	5%
Lutar por saneamento básico	3%
Dar conselhos	3%
Ir a justiça	1%
Nada	3%

O trabalho tem sido fonte permanente de preocupação para as mulheres. Treze por cento delas relataram nesse momento, ter como meta arrumar um trabalho, 11% achavam que há falta de comunicação na família e, ainda, uma parcela compreendia que devia lutar para ter um melhor atendimento na saúde. Um terço dessas famílias, eram chefiadas por mulheres que acreditavam na importância da manutenção da família. O trabalho sempre era relatado como fundamental para manter o sustento. Também foi citada a importância de se estabelecer e manter os vínculos por meio do diálogo. Muitas relataram que ter paz dentro de casa é tudo que queriam.

Procurou-se investigar ainda o que as entrevistadas pensavam sobre o seu meio ambiente, o bairro em que residiam, suas condições e infraestrutura.

O quadro 35 mostra o que faltava no bairro do ponto de vista das mulheres de Maresias.

Quadro 35 - O que estava faltando no seu Bairro.

Creche	26%	Banco	11%
Saneamento, esgoto a céu aberto	25%	Correio	7%
Médico	24%	Casa para o povo	6%
Escola	23%	Supermercado bom	5%
Segurança	18%	Ser respeitado pelo vizinho com som alto	3%
Saúde	17%	Ônibus	3%
Calçamento nas ruas	14%	Paz e harmonia	3%
Trabalho	12%	Incentivar o turismo	2%
Lazer	11%	Não sei	3%

As mulheres desejavam políticas públicas que efetivamente pudessem auxiliá-las no seu cotidiano, 26% queriam creches, a grande maioria tinha filhos e precisava trabalhar. A falta de saneamento básico, médico, escola também foram citados como serviços essenciais para o desenvolvimento da família.

As mulheres citaram necessidades mais concretas e genéricas como trabalho, moradia, alimentação. Entretanto, as necessidades mais particulares que promovem a auto-estima e a realização pessoal foram citadas também, como paz, harmonia e respeito dos vizinhos para com elas.

O enfoque de gênero na saúde e no desenvolvimento tem procurado identificar e modificar as causas que estruturam as relações de poder-subordinação que colocam as mulheres em uma posição de desvantagem. Sob essa ótica, é possível identificar os problemas de saúde vinculados ao gênero, associados à divisão sexual do trabalho, e às formas de socialização diferenciadas que privilegiam um sexo em detrimento ao outro. Torna-se “necessário determinar as atitudes e práticas de saúde sexistas e discriminatórias”, que têm perpetuado o *sintoma*, sem interferir *na causa*.

Ao acreditar na idéia da sustentabilidade como possibilidade concreta de dar continuidade à capacitação e adaptação na recuperação de políticas públicas gestadas em parceria com a sociedade civil e com os movimentos sociais organizados, em especial, as reivindicações e propostas das mulheres que trazem em seu bojo a melhoria na qualidade de vida, como a construção e o bom funcionamento de equipamentos sociais. Dessa forma com mudanças administrativas e conjunturais que efetivamente promovam a cidadania e a participação no mercado de trabalho, além da participação para formação de lideranças que garantam com eficiência políticas de prevenção e promoção da saúde, educação, cultura independente das mudanças de governos.

Quadro 36- O que não deveria ter no seu Bairro.

Droga e bebidas	35%	Poluição	6%
Violência	19%	Favelas	6%
Desemprego	11%	Tantos migrantes	6%
Danceteria barulhenta	11%	Não tem nada de ruim	6%
Ruas esburacadas	9%	Falta de respeito dos vizinhos	6%
Esgotos nos rios	8%	Assassinatos	5%
Cachorros na rua	7%		

A violência urbana estava no cotidiano da vida das entrevistadas, quando em primeiro lugar 35% relataram que a droga e a bebida, não deveriam estar presentes no local onde moravam, pois correlacionavam o uso e abuso das drogas e das bebidas como fatores desencadeante da violência evidenciando quanto essa realidade permeava suas vidas.

Para 19% das mulheres foi citada a violência, pela existência de casos de assassinatos locais. A falta de respeito referente ao barulho da danceteria também foi relatado como expressão de sentimento do desrespeito aos seus

direitos fundamentais. Acreditava-se ainda que “uma coisa propicia a outra”: tem drogas e bebidas porque tem danceterias e bares. têm muitos bares e danceteria porque têm drogas. Nos finais de semana, aumenta sobremaneira o fluxo de jovens na região para freqüentarem as casas noturnas existentes.

Os postos de Saúde tanto em Maresias quanto em Boiçucanga, bairro mais próximo com atendimento médico mais adequado e eficiente, recebiam uma demanda que apresentava problemas de abuso de álcool e de drogas.

O poder econômico também estava presente exercendo pressão política, pois a danceteria existente no bairro local, apesar de emitir ruídos sonoros intensos durante as sextas-feiras e aos sábados incomodando a população, continuava funcionando sem que nada fosse feito para resolver os problemas causados.

Quadro 37 - O que é uma boa qualidade de vida na concepção das mulheres entrevistadas .

Boa qualidade de vida é ter:

Emprego	56%	Bom ar	6%
Saúde	47%	Ter bons amigos	6%
Casa, lar	31%	Felicidade	6%
Comida	26%	Higiene	6%
Escola para filhos	18%	Direito a sonhar	5%
Compreensão	10%	Deus	4%
Segurança	12%	Amor	3%
Paz	12%	Alegria	4%
Esporte e lazer	11%	Não sei	4%

Os grandes temas desemprego, saúde, violência, habitação, drogas, segurança, foram citados como fatores que têm realmente mobilizado as pessoas moradoras em Maresias. Mais da metade da população, pesquisada

estava realmente preocupada, com o crescente aumento do uso de drogas e bebidas alcoólicas e violência entre a população, sobretudo entre os jovens

O desemprego apareceu referido por em 56% da população como um problema sempre presente em suas vidas e correlacionado com o uso de drogas entre os jovens. Os relatos revelaram a percepção de que cada uma tinha que cuidar de si, não poderiam ficar doentes senão “já era”, pois não acreditavam nos serviços de saúde como uma possibilidade concreta para resguardar suas vidas. Sentiam-se completamente responsáveis pela a missão de preservar suas vidas e a dos seus filhos e familiares.

Quadro 38 - Percepção das entrevistadas sobre o meio ambiente

Meio ambiente é:

Preservar a natureza	31%	Desmatamento	8%
Natureza	18%	Ter bons amigos	6%
Águas limpas	12%	Não desaguar fossa na rua	4%
Onde se mora, entorno	12%	Ter Deus	4%
Praia limpa	10%	Ter esgoto	4%
Não ter poluição	9%	Cachoeira limpa	3%
Não jogar lixo na rua	9%	Cuidar, não ter dengue	3%
Ar limpo	8%	O bairro as r uas	3%
Não matar animais	8%	Não sei	18%

Para as entrevistadas meio ambiente estava principalmente relacionado com a natureza (18%) e com a sua preservação (31%), com as águas limpas e abundantes (12%), já que a região possui várias nascentes e cachoeiras.

A maioria das casas era abastecida com a água das cachoeiras e das nascentes. Do total das entrevistas, 18% não sabiam o que é meio ambiente, apenas 12%) correlacionavam o meio ambiente com o entorno e com a sua casa.

A praia também era vista como parte importante da natureza, apesar das mulheres relatarem que não freqüentavam a praia.

As mulheres migrantes moradoras de Maresias tinham uma percepção correta dos problemas ambientais locais, apenas uma. Uma parcela compreendia que seu estilo de vida acabava por transformar o meio ambiente, mas não sabia como lidar com a questão.

“Quando cheguei aqui, e só tem cinco anos isso, eu até bebia a água, agora não chego nem perto”.

“Alguns estragam o ambiente daqui e muitos são prejudicados”.

“As fossas, quando existem, estão destampadas”.

Pode-se perceber no discurso destas migrantes moradoras de Maresias, uma preocupação com os constantes desmatamentos da cota 40. Que corresponde ao delimitado pelo poder local, e corresponde aos quarenta metros na encosta dos morros. Esse limite cotidianamente tem sido rompido, as invasões têm ocorrido até 100 metros acima do permitido. O poder local não tem conseguido frear essa demanda que por sua vez não obedece e não respeita o permitido pela lei. Cada um tem feito a sua própria lei.

A complexidade da crise ambiental demanda reflexão permanente para busca de soluções. Para (LEFF 2000 p 22), o ambiente pode ser conceitualizado como uma estrutura sociológica holística que internaliza bases ecológicas de sustentabilidade e as condições sociais de equidade e democracia”.

A sustentabilidade para a construção social, traduz-se por uma adequação entre as exigências ambientais e as necessidades de desenvolvimento. Não é mais possível pensar em soluções para os problemas ambientais numa perspectiva em que as causas do desequilíbrio e degradação do meio ambiente, ainda estejam diretamente ligadas apenas ao crescimento econômico.

Gráfico 15 - Percepção das entrevistadas sobre o destino do lixo produzido por sua família.

Como pode se observar no quadro acima, a maioria das mulheres não se preocupava ou não refletia sobre o local para onde ia o lixo, isso não fazia parte do dia a dia, já que havia um órgão responsável por isso, o nível de consciência ecológica dessas mulheres era baixo.

Quanto ao lixo produzido pela sua família, 52% sabiam que havia uma coleta realizada pela Prefeitura, 11% nem sabiam para onde ia o lixo, apenas punham os resíduos na lixeira, porém nunca se perguntaram, sobre o seu destino. Apenas 3% sabiam que o destino final do lixo era, o aterro sanitário localizado na praia da Baleia.

Muitas, apesar de nunca terem pensado no assunto, achavam importante começar a pensar sobre isso, uma vez que o Bairro de Maresias era considerado sujo por elas e necessitava de mais cuidado e atenção.

A crise ambiental emerge e revela as marcas das diferenças sócio-culturais, conduzindo e contribuindo com elementos éticos para a discussão e reflexão.

Há um chamamento para a possibilidade de refletir sobre a sociedade moderna, e sobre a gama de riscos que lhe são inerentes, além de ser fundamental a participação popular por meio dos movimentos sociais.

Para GUIVANT (2001), é necessário identificar o processo dinâmico da globalização dos riscos, as incertezas, a pluralidade e rotas de coalizões. Não dá para distanciar os seres humanos da terra, como produtores de grande quantidade de lixo devem também procurar e encontrar caminhos que possam efetivamente resolver este problema.

Gráfico 16- Percepção sobre a água que abastecia a casa das entrevistadas

A água que abastecia as residências mais próximas da avenida, era tratada pela SABESP, Entretanto, as casa mais afastadas eram abastecidas por água da cachoeira.

Quanto á água tratada pela SABESP, apenas 5% consideravam que a água era limpa. As mulheres não confiavam muito, pois diziam que a água “vinha com gosto de barro e cloro”.

Das 71% que tinham suas residências abastecidas pela água da cachoeira, 28% acreditavam que a água era mais limpa e tratada. Entretanto, 83% diziam que a água que vinha do rio, ou seja, a mesma que vinha da cachoeira era suja. Esse fato ocorria porque durante o percurso entre a

cachoeira o rio e o mar, os próprios moradores e turistas acabavam por poluir as águas.

Segundo GUIDDENS (1997), na era moderna, a “natureza” tem sido comparada *a campo*, aquilo que fica impertubado, que é criado independente da atividade humana. Essa imagem é absolutamente falsa, pois o campo, entendido como natureza está subordinado aos planos e ações humanas.

Para as entrevistadas de Maresias, existia uma preocupação a respeito do meio ambiente. Apesar de ambivalente, por um lado o “progresso” representava a possibilidade de emprego e desenvolvimento, por outro lado, a falência, o esgotamento de sua fonte de atração, pela presença dos turistas, freqüentadores e moradores.

O bairro poderá ficar “*micado*”^{*} ou se tornar um lugar “*cladeado*”^{**} com infra-estrutura precária, decair e fica no “desgosto popular”. Desta forma os freqüentadores, irão embora em busca de outros lugares com infraestrutura melhor ou onde a natureza esteja mais preservada :

Relatos abaixo feitos pelas entrevistadas demonstram sua preocupação com o meio ambiente:

“Os agentes comunitários poderiam fazer a educação ambiental, mas nem estão capacitados para isso. Deveriam prestar atenção quando vão fazer a visita desde o portão para ver a qualidade de vida, o nível de educação, de higiene. Muitos moradores jogam o esgoto a céu aberto e acaba que são eles próprios que sofrem com isso. Já morreu uma garotinha aqui, de septicemia, por falta de higiene”.

“É proibido construir nos morros, desmatar. deixaram eles construir barracos nas encosta dos morros, agora vai lá para você ver, tem lugar aí que tem até 300 pessoas morando, imagine uma chuva forte, vai sobrar gente despencando morro abaixo”.

“Deveria ser feito um mutirão, para tratar os esgotos. O posto médico poderia funcionar 24 horas, ter pelo menos um médico de plantão”.

^{*} micado. significa sem prestígio, estragado

^{**} cladeado, tem o mesmo significado de lotado, repleto de pessoas.

“A Prefeitura tinha que multar quem detona com o meio ambiente. Eles só ficam aqui na orla da praia, e o lixo vem de lá do sertão. o rio não era poluído nem a cachoeira, mas agora muitas casas jogam esgoto no rio, já vi até gente limpando porco lá no rio”

“O lixo tem a coleta a semana inteira, tem coleta de sucata, Na Baleia tem aterro e em São Sebastião. É separado plástico, sucata, alumínio, papel, vidro é mandado para reciclagem. Na Pousada Delta Mare tem aula de reciclagem, lixo orgânico, tem horta e tudo mais”.

“O tratamento da água não é freqüente. Às vezes a dosagem ou é muita ou pouca, para beber tem que ser mineral. Quando chove a água vem muito barrenta”.

Quadro 39 - Opiniões das mulheres sobre a limpeza em volta da cachoeira

Parece limpa	27%
Péssimo tem lixo acumulado lá	18%
Imundo o pessoal daqui joga lixo	13%
Precisa limpar sempre	13%
Tem muito cachorro por lá	11%
Imundo o pessoal de fora joga lixo	7%
Não sei	11%

Apenas (27%) das mulheres entrevistadas consideravam o entorno da cachoeira limpo. Muitas entendiam que a sujeira era produzida por pessoas que vinham de fora, os turistas. Porém 13% entendia que eram os próprios moradores quem poluíam. Relataram também, que o local tinha muitos cachorros que contaminavam as águas.

A Conferência Populacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura –

UNESCO e realizada em 1997 em Tessalônica, Grécia. teve como incumbência destacar o papel crítico da educação e conscientização para se alcançar a sustentabilidade, bem como, considerar a contribuição da educação ambiental, como forma de conseguir com que as pessoas e a comunidade compreendam o caráter complexo do meio ambiente natural e artificial, resultante da interrelação dos aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais e adquirir conhecimento, valores, atitudes e aptidões práticas que permitam participar, de forma responsável e eficaz, no trabalho de prever e de resolver problemas ambientais e de uma gestão qualitativamente apropriada do meio ambiente.

Quadro 40 - Opinião das entrevistadas sobre os responsáveis pela sujeira da água do rio.

O rio não é limpo para – 83%	
Os moradores (jogam lixo no rio)	41%
As pousadas (jogam esgoto)	17%
Os turistas	12%
Moradores e turistas lavam cachorros no rio	8%
Os invasores do morro	5%
O rio é limpo para – 17%	

A grande maioria (83%) considerava o rio poluído. Entretanto, apenas 41% entendiam que eram os próprios moradores do local que sujavam as águas do rio. Algumas mulheres relataram que as próprias pousadas do bairro produziam e jogavam os esgotos de seus estabelecimentos no rio. Contaminando dessa forma as águas. Alguns turistas e moradores, lavavam seus cachorros no rio, demonstrando, claramente, uma absoluta falta de educação ambiental.

Para MORIN (1995) a educação não deve oferecer apenas uma nova visão da realidade. Deve criar condições para se reeducar o olhar, ou seja "olhar sobre o olhar que olha" desenvolver a atitude de observar a presença de agressões ao ambiente, o desperdício, a poluição sonora, e visual, a poluição da água, do ar,

A educação ambiental e a globalização estão abrindo novos caminhos não só para a educação, mas também para a cultura e a ciência. A fragmentação vai sendo paulatinamente sendo substituída por uma análise que leva em conta muitos e variados aspectos.

De acordo com DIAS (1994), a educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas. O que significa dizer que tratar de qualquer problema ambiental é considerar todas estas dimensões. A miséria tem sido gerada por políticas e problemas econômicos concentradores de riqueza, que levam ao desemprego e a degradação ambiental. Dessa forma, a educação para o desenvolvimento sustentável, tem que apoiar mudanças nessa direção.

Ao mesmo tempo, os seres humanos estão em constante transformação são agentes transformadores de sua realidade. De acordo com FREIRE (1999), a gente constrói o futuro transformando o presente. O futuro, só vem se a gente o construir, se a gente transformar o presente, com sonhos e utopia. Segundo PELICIONI (2000), educar é prover situações ou experiências que estimulem a expressão potencial da pessoa humana para permitir a formação da consciência crítica e reflexiva de cada um, num processo dialógico de reflexão das pessoas e do mundo a ser construído passo a passo..

Para SHIVA (1999), que trata os seres humanos como parte integrante da natureza, não dá para defender a natureza sem contar e pensar nos seus habitantes. A articulação entre o ser humano e a natureza tem que ser contínua e cotidiana, além de democrática e viva. E obrigação legal de todos países manter sua cultura, isso está na lei e na nossa vida. Se os direitos humanos não fossem garantidos na lei, então como preservar a vida, e o direito de nos mantermos vivos?

Quadro 41 - Opinião sobre a limpeza da praia.

É limpa – 68%	É suja – 28%	Não sei – 4%
Opinião das entrevistadas sobre os responsáveis pela sujeira:		
Os próprios moradores	19%	
O rio poluído (deságua)	19%	
Os cachorros	15%	
Os turistas	8%	
As pousadas	7%	

(múltipla escolha)

Apesar do rio “poluído” desaguar na praia, uma das explicações para a água do mar se manter limpa, é que “as ondas batem muito e depuram as sujeiras lançadas”. Ou seja “graças à ação da natureza”, e não pelo processo de conscientização das pessoas, a praia se mantém limpa. Não citaram a importância de manter a qualidade ambiental do bairro do sertão, parte mais interna como meio de contribuir para a despoluição da praia, uma vez que as águas das cachoeiras e dos riachos já estão contaminados por sujeiras que deságuam no mar .

A autora deste trabalho, participou de uma reunião com as lideranças locais, em que ficou explicitado que o importante era manter a praia limpa, pois era isso que trazia o turista. Foi verbalizado por um dos participantes que “lá nos fundos ninguém vai”, mas, na verdade as cachoeiras são muito procuradas pelos turistas. Portanto, necessitam de atenção para sua conservação, especialmente por serem também fonte de abastecimento da maior parte das residências localizadas no sertão.

Frente a essas complexidades o trabalho com educação ambiental, tem se concentrado em grande parte nos problemas de conservação dos recursos naturais, na manutenção da biodiversidade e na solução dos problemas de contaminação do ambiente.

Passou-se da noção de ambiente que considera essencialmente os aspectos biológicos e físicos, a uma concepção mais ampla, que dá lugar às questões econômicas e sócio-culturais, reconhecendo que, os aspectos biológicos e culturais constituem a base natural do ambiente humano, e as dimensões sócio-culturais e econômicas definem as orientações conceituais, os instrumentos técnicos e os comportamentos práticos que permitem aos atores e atrizes sociais compreender melhor os recursos da biosfera para a satisfação de suas necessidades (UNESCO 1980).

A Constituição Brasileira de 1988, artigo 196 estabelece que a saúde “é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem a redução do risco de doença e de outros agravos, e o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. O artigo 225, que é competência do poder público a promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, reforçando a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações. Determina ainda, à promoção da saúde de forma integrada com a proteção do meio ambiente”.

Para PELICIONI (1998 p 34),” é necessário a regulamentação, o controle e a gestão ambiental de forma eficaz, visando garantir realmente aos cidadãos e cidadãs o direito à saúde e a um ambiente equilibrado e saudável”.

Para implementação das leis, a participação popular é fundamental ao exercer o controle social necessário para que sejam cumpridas. Segundo NEUF (1986), a partir de 1980, começou a se gestar um pensamento renovador sobre sustentabilidade incorporando algumas categorias de análise, tais como: o desenvolvimento humano, o desenvolvimento sustentável, a equidade, a diferença, a diversidade, o poder, a modernidade, a democracia, o intercâmbio e o gênero. Esta abordagem tinha como intenção elaborar um discurso conceitual para nortear e por em prática o conceito de desenvolvimento.

4.2 - Desdobramentos da pesquisa

Na reunião com as mulheres da comunidade, para a apresentação dos dados da pesquisa realizado em maio de 2002, quando compareceram 47 mulheres, no “clubinho”, espaço de lazer da comunidade, foi apresentada e aceita a proposta de realizar oficinas temáticas que abordassem e aprofundassem questões de interesse da comunidade.

A primeira oficina tratou da Conservação Ambiental assunto que mobilizou não só os moradores de Maresias, mas também os do complexo de praias que compõem o Município de São Sebastião. Ocorrida em 5 de junho de 2002, Dia Mundial do Meio Ambiente, no Clube da Praia Grande.

A segunda oficina abordou questões relacionadas à Segurança Pública, tema de grande importância pelo elevado número de mortes, roubos e assaltos no bairro. Realizada em julho de 2002, em uma Pousada teve suas reivindicações principais, como maior policiamento, ronda permanente pelo sertão e maior iluminação das ruas, encaminhadas ao Conselho de Segurança local -CONSEG.

A terceira oficina tratou das questões de saúde e “os nós” ainda não desatados pelo Sistema de Saúde local. Realizada em agosto de 2002, contou com a presença das moradoras e das agentes de saúde, que se prontificaram a levar reivindicações tais como; necessidade de pediatra no posto, agilidade no atendimento, distribuição de medicamentos e incentivo a exames de prevenção para as reuniões da equipe de saúde que não estiveram presentes nesse encontro.

Em outubro de 2002, uma reunião foi realizada em uma Pousada de Maresias e contou com a presença de quatro vereadores e uma suplente, lideranças locais e os presidentes das Associações de moradores de Maresias, Paúba, Toque-Toque Pequeno, nessa ocasião foi entregue a relação de reivindicações dos moradores dos respectivos bairros, reafirmando a necessidade de mais segurança, atenção à saúde, melhoria no ensino fundamental, entre outras.

4.3 - Relatos das agentes comunitárias e liderança local

Como a pesquisa contou com a participação e parceria de duas agentes comunitárias e uma liderança local na aplicação dos questionários, junto à população pesquisada, após a realização o trabalho sentiu-se a necessidade de conhecer a percepção que esta equipe tinha sobre as mulheres entrevistadas.

Assim sendo, todas foram entrevistadas para verificar suas percepções e entendimento de como **viviam e conviviam com esta população migrante**.

Para **A.** caiçara, agente comunitária, 26 anos, nascida em Maresias.

“Ocorreu aqui uma grande invasão de novos moradores, a comunicação foi fácil, são acolhedores, respeitam, freqüentam o posto de saúde, fazem questão da visita domiciliar, a maioria da população é migrante, os próprios caiçaras foram morar em outros lugares”.

O melhor e o pior na convivência entre “os locais” e os migrantes podem ser assim descritos:

Ainda para **A:** *“os caiçaras respeitam os migrantes, sua privacidade, apesar dos migrantes se acharem donos daqui, falam que são local, querem tomar conta, não têm muita educação, as condições de vida dos migrantes é precária, invadem terrenos dos outros, constroem barracos sem banheiro, sem esgoto. Em um só cômodo mora até cinco pessoas, no morro não aceitam qualquer pessoa, o papel do agente comunitário é orientar sobre higiene, que não tem mesmo, além de rolar muita droga lá, muitos não tem comida, põem os filhos para pedir esmolas, mas só querem saber de comprar roupas.*

“ Eles acham que o Estado tem que tutelar tudo deles, criar os seus filho, deixam para a escola educar, tem coisas que é da escola e tem coisas que são do âmbito da família.

Os filhos não estudam, é muito difícil trazer coisas boas para os caiçaras, pois, esses migrantes estão vindo exclusivamente à procura de emprego, só

que tá difícil até para os moradores, ligam para as famílias lá no norte e cada vez mais vêm mais pessoas, mesmo sabendo que não tem emprego.

Aqui não tem educação ambiental, nem os indivíduos se ligam nisso, se não são despertados ficam sem perceber”.

De acordo com **B** agente saúde com 25 anos, migrante de São Paulo, há 7 anos,

“A Prefeitura tinha que vistoriar até lá no meio do mato, do sertão, e multar quem detona com o meio ambiente, eles só ficam aqui na orla da praia, e o lixo vem de lá do sertão”.

“Os migrantes também estão trazendo doenças como hanseníase, tuberculose e não aderem ao tratamento, tem muito HIV, e alcoolismo, muitos dependentes químicos, a maioria é jovem e estão fora das escolas. Gestante adolescente tem muito também. Dizem que falta prevenção, mas é mentira, o posto distribui anticoncepcional gratuitamente e preservativos também. Tem também remédio para hanseníase, tuberculose e HIV, que são gratuitos”.

“Fazem aborto com agulhas de tricô. Tem uma mulher que já provocou 3 abortos, jogam feto na lata de lixo. Usam drogas, tem abuso de crianças, muitas tem vários parceiros e não se previnem. Tem vários casos de saúde mental, mas são medicados. Maus tratos, violência doméstica, especialmente com as crianças, que se apegam com qualquer pessoa e são encaminhados para o Conselho Tutelar”.

“Para os casos de mulheres espancadas temos a delegacia da mulher na cidade de São Sebastião, mas é tudo velado. Os maridos geralmente são alcoólicos ou drogados, tem agressão até com facão”.

“A prevenção à AIDS tem gente que ainda nem tem conhecimento, tem vergonha de perguntar, são descuidados, mulheres não aceitam as doenças dos maridos, mas também não se previnem”.

Segundo C, líder comunitária, 46, migrante do nordeste moradora há 15 anos em Maresias:

“ O que mais falta aqui é saneamento básico, educação, reforço nas escolas. muitos alunos não sabem nem ler nem escrever apesar de estarem há tempos na escola”.

“Todos os moradores deveriam ser cadastrados no posto saúde, o cadastro deveria ser individual e não familiar”.

“Falta higiene, educação, casa, comida, muitos falam que não precisa “mutio” dinheiro. Mas o que se vê é muita gente sem emprego e passando dificuldade. Daí é que vêm os roubos, os meninos ficam perdidos, sem vê sem dinheiro, querem as coisas, nem digo as roupas de marca, tênis bonito, falo de comida mesmo. Eu mesma me viro que só. Mas graças a Deus fiz o meu pé de meia. Já tenho essas suítes para alugar, e faço de um tudo para ter dinheiro, de faxina até servente de pedreiro já fui. Muitas vezes, lavo roupa, faço o diabo, só não fico é sem dinheiro”.

“É proibido construir nos morros. desmatar. deixar construir barracos nas encosta dos morros. porém ninguém respeita e também não tem fiscalização. Deveria ser feito um mutirão, para tratar os esgotos, o posto médico poderia funcionar 24 horas, ter pelo menos um médico de plantão. Os policiais não estão combatendo a violência, muito menos o tráfico de drogas”.

“O principal problema aqui é de animais na praia. Até as pousadas jogam o esgoto no rio que vai para o mar. Não entendo como estão matando o próprio negócio, pois daqui a pouco, ninguém mais vai querer vir para cá, tudo poluído, o povo vai procurar outros lugares. A Prefeitura tinha que vistoriar mais”.

“O tratamento da água não é freqüente, as vezes a dosagem ou é muita ou pouca. Para beber tem que ser mineral, quando chove, a água vem muito barrenta. O posto dá hipoclorito, mas nem todos pedem ou se pegam, acabam não usando. Acho que é porque não são instruídos dos benefícios que isso pode trazer para a saúde deles”.

4.4 - Comentários das mulheres migrantes sobre temas abordados nas oficinas temáticas realizadas na comunidade

São várias “falas” umas coincidem, outras divergem. Foram selecionadas algumas frases sobre suas percepções, conhecimentos, sentimentos, expectativas e crenças, além das perspectivas em relação ao futuro, cada frase refere-se a uma participante das oficinas.

Sobre a Saúde:

“A saúde tá muito mal, falta médico e nunca atendem a gente, quem tiver pressa no atendimento tem que ir para Boiçucanga, aqui só se tiver morrendo e aí eles levam ou para São Sebastião ou Boiçucanga, isso aqui, esse posto é só para dizer que tem, mas funcionar, não funciona mesmo”.

“A Aids, está próxima, pois tenho um primo que tem, antigamente era uma coisa muito distante, mas agora, tem na família”.

“Saúde o posto atende mal, os médicos não têm paciência”.

“Aqui não tem tempo ruim, se você fica sem emprego, arruma uma faxina na hora e já dá para fazer um supermercado, a gente não se aperta, lá era um deus nos acuda. O problema aqui, é que tudo é preparado só para a temporada, de médico a supermercado, depois que os turista se vão o supermercado fica pelado, você não acha nada na prateleira. O médico some e ficamos no hora veja, até a farmácia fica pelada, sem remédio”.

“O atendimento no hospital é péssimo, só se preocupam em ficar arrumando cargos para os cupinchas sem se preocupar com os serviços a serem prestados para a população, ainda pensam que somos trouxas e não entendemos essas coisas,

“No posto só tem um clínico geral, não tem pediatra para as crianças, aqui não tem correio, onde já se viu uma cidade não ter correio.

“Falta respeito também às pessoas se drogam no meio da rua, o posto não atende bem, não tem controle sobre os empregos, pois somos tratados como escravos. Trabalhei 7 anos me mandaram embora como se descarta uma coisa velha não recebi nada por isso, e se você vai para justiça, são sempre eles que ganham têm advogado bom e para nós não sobra nada”.

Os indicadores de saúde costumam medir e exemplificar certas tendências e o grau de desenvolvimento socioeconômico dos países. Alguns indicadores atuais indicam transformações importantes no perfil da população brasileira enquanto outros costumam mostrar a persistência de desigualdades estruturais ou mesmo o seu aprofundamento.

Embora algumas políticas implementadas possam ser consideradas satisfatórias e referência mundial como o Programa de Combate à AIDS do Ministério da Saúde, os princípios de universalização e integralidade, assumidos pela Constituição de 1988, ainda não estão totalmente implantados.

Segurança

“Falta um melhor policiamento, o morro tá tomado por drogas, isso já trouxe uma série de assassinatos por aqui, que eu conheço já mais de 10 casos”.

“Os policiais não estão combatendo a violência, muito menos o tráfico de drogas, parece até que o delegado da cidade é envolvido com os traficantes porque recebe bola semanalmente, e aqui vai ficando cada vez mais violento”.

“Lá na terra da gente a gente fica mais a vontade porque não tem tanta droga, tanta violência”.

“Aqui quase todo dia tem roubo, a policia não faz nada”.

“Aqui é perigoso, cheio de ladrão e tem muita droga circulando por aqui, tenho até medo. Depois da temporada o que se tem é no máximo 2 a 3 policiais, aqui já está grande e famosa, o policiamento tinha que ser melhor”.

“Aqui tem muito pinguço, que fica o dia inteiro no bar, depois arrumam briga e bagunça. tem até casos de morte”.

“Aqui já tem até invasor de casa, que além de invadir as matas, estão invadindo as casas também”.

“Eu acho mesmo que deveria ter uma cota com número de habitantes”.

“As mulheres me falaram que onde morava (RJ) não podia deixar nada, nem ter tranqüilidade, pois tinha muito roubo. Como se aqui fosse diferente”.

“O pastor tá falando para a gente não sair à noite sozinha, a violência aqui tá grande, só esta semana teve dois casos de violência, um o padrasto estuprou e matou e barbarizou a menina de 12 anos, e outro caso da moça que saiu do forró, no clubinho, o tarado correu atrás dela, ainda bem que estavam em duas e a outra correu e gritou”.

“Há muita transação de drogas aqui é muito exposto, todo mundo vê, será que a policia não vê?”

“Aqui tem muita “nóia”, muito maconheiro, muito malandro. Tenho até medo de andar com as crianças, chegaram até a fazer um furo no meu barraco para ficar me espiando. Eles fazem o que querem as ruas são muito escuras, precisa de lâmpada nos postes, um tem lâmpada dois não, assim fica tudo escuro e perigoso”.

A violência tem sido um dos maiores problemas enfrentados pela sociedade brasileira, fruto das condições socioeconômicas desiguais, da corrupção, da impunidade. Apesar do avanço da legislação na proteção aos direitos humanos, os índices de violência tem aumentado especialmente na população jovem, negra e pobre. Segundo IBGE (2000) a taxa de mortalidade dos homens por homicídio e agressão na faixa de 15 a 24 anos (por 100.000 hab.) cresceu de 65,2% em 1991 para 95,6% em 2000. Embora em proporção menores as meninas jovens também estão expostas a violência urbana.

Lazer

“Não tem espaço para as crianças brincarem, nós dependemos dos comerciantes que não fazem nada, o nosso imposto é gasto com eventos (no final do ano shows caríssimos, esse ano tivemos o Roberto Carlos, quem usufrui na verdade são os turistas. Para nós, sobra pagar, o ano inteiro imposto muito caro”.

“A única diversão que tem aqui é o clubinho que, às vezes, rola um forró”

“Reclamamos que falta lazer, o que se poderia fazer, não dá nem para fazer caminhadas são tantos cachorros na rua, que a gente fica com medo”.

“Podia ter lazer para todas as idades, aqui só tem para os jovens... crianças e velhos não têm nada para fazer”.

“Diversão para as crianças, só tem a pracinha, mais sem nenhum brinquedo nem nada”.

“Um bom supermercado (na época não havia ainda o supermercado novo), opção de lazer, não tem nada para fazer”.

“Ter mais opções para até preservar mais a natureza e lazer, dessa forma, as pessoas poderiam deixar a praia limpa”.

“Lá, onde morava, tinha o que fazer, aqui também não têm, mas não me acostumo mais. O que me interessa aqui é o trabalho, já tem um jeito de ganhar a vida melhor”.

“Meus pais moram lá, onde nasci (frase recorrente). Quero voltar para ficar com a família, é difícil viver longe deles. Aqui não tem divertimento. Sonho em voltar por causa da família, aqui só é bom pra trabalhar. Se desse para sobreviver lá, com certeza voltaria”.

“Aqui o ar é melhor, tem a praia para gente se divertir”.

“Quando vim pra cá é porque lá (onde morava) não tinha opção nenhuma. Agora lá onde eu morava, já tem projetos porque começou a ter turista, fizeram até um aeroporto, e o movimento melhorou”.

Foi significativo no discurso das mulheres a falta de lazer, muitas relataram ser o trabalho a única fonte de lazer, a maioria não tem possibilidade de freqüentar os restaurantes e danceterias do local, por não terem condições econômicas, restando a praia como opção, porém muitas disseram nunca ter freqüentado, por não se sentirem à vontade para esse tipo de diversão.

Pobreza

“Aqui as comidas são melhores, lá passava fome. Já nem conheço mais ninguém lá”.

“Lá meu marido bebia muito, a gente tinha privação das coisas. Aqui eu posso trabalhar e não ficar naquela pobreza, uma penúria só. Lá eu não tinha onde me socorrer. Não vou mais nem a passeio, Deus me livre”.

“Lá, onde morei não tem nem leite para as crianças. É pequeno não tem nada. não tem opção. nada para fazer. um desemprego total. Não tenho nem saúde”.

“Não acostumo mais lá, fui passear e agüentei ficar só dois dias. Você vê tanta miséria, tanta pobreza que dá vontade de sair correndo, credo em cruz”.

“Você não sabe o que é miséria... lá onde morava ninguém nem tinha o que comer, Jesus me livre”.

A pobreza tem permeada a vida das mulheres, muitas são chefes de família, sendo responsáveis pelo sustento e criação dos filhos. Segundo IBGE (2000), a feminização da pobreza está associada à disparidade dos

rendimentos entre os sexos. à média de rendimentos dos chefes femininos é inferior.

Emprego

“Todo nortista tem sonho de voltar, mas o sonho de ganhar dinheiro, ter um bom emprego é mais forte e só que todos que vem pra cá que eu conheço, acabam não ficando por lá”.

“Lá sofria muito, era bóia fria cortava cana o dia inteiro e só ganhava 5 reais por dia. Aqui o trabalho é melhor e menos pesado. Ganho 30 reais por cada faxina e é menos sacrifício”.

“O que mais tem aqui é muito caso de alcoolismo, não tem atividade para os idosos. Ttem pouco trabalho aqui, então ficam no bar”.

“Você sabia que tem até dez pessoas morando em um cômodo, isso é um absurdo! Um vem pra cá vai chamando o outro. Com promessas de que aqui é bom, tem emprego vão vindo e, na verdade, está faltando emprego. Eu mesma trabalhei durante 8 anos e saí sem direito nenhum, com uma mão na frente outra atrás, reclamar prá quem? pro bispo?”

“Aqui, mesmo tendo que pagar aluguel, o que a gente faz têm valor, todos tem emprego, o dinheiro entra e você pode fazer coisas”.

“O salário lá é de 80 a 100 reais por mês, ou 3 a 5 reais por dia. Quem pode viver com esse dinheiro? daí a gente é obrigado a sair dum lugar como aquele. Você morrer de trabalhar e não ter dinheiro nem prá comer, isso num é vida”.

“A gente nunca esquece o lugar onde nasceu, pode passar anos e a gente lembra. Pena não ter trabalho”.

“Se lá fosse como é aqui, que tem emprego, fartura, nem sairia de lá. Aqui o ganho é melhor. Lá é sofrido mesmo”.

“Aqui a gente pode comprar o que quer. Lá não corria dinheiro de jeito nenhum, mas gosto de lá, mesmo com aquela pobreza danada”.

“Aqui vivo dentro de uma cozinha dia e noite, isso não é bom, nem vale salário o que ganho. Lá as coisas são mais fáceis”.

“Não me adaptaria novamente, aqui é tudo bem diferente. A gente tem emprego, pode comprar coisas. Só sairia daqui para um lugar melhor ou maior”.

Habitação

“Moro na Vila Bom Jesus, é uma área que compramos os terrenos fizemos nossa casinha. Aí o proprietário que na verdade é o posseiro, ele ganhou a posse de tudo, e é um crápula, ganhou na justiça a reintegração da posse e cobrou tudo de novo da gente, além de por prazo para gente pagar e tudo mais, mas a gente tá negociando e vamos pagar do jeito que a gente puder, ele que espere ou indenize a gente pelo gasto que já tivemos. Aqui, é muito caro, imagine um terreninho de 4X8= 32 m² custar 6.000 mil reais, é muito dinheiro”.

“A diferença para de lá para cá é pouca, só que aqui tem mais dinheiro, mais trabalho. Aqui já tenho o meu canto, uma casinha até boa, e lá não tenho lugar nem para morar”.

“Aqui construí minha casa que não vendo por nada, também construí aqui a minha família. Se eu tivesse dinheiro, gostaria de voltar por causa da família que ficou”.

Tem sido um desafio para os governantes os problemas habitacionais, o movimento de mulheres organizado têm reivindicado o financiamento da casa

própria para mulheres chefes de família. com o nível mínimo de renda fica quase impossível atingir o exigido pelos financiamentos. Dessa forma, nesta comunidade tem funcionado o esquema de mutirão, a rede de solidariedade entre parentes e amigos para a construção de suas casas.

Educação

“Tenho planos de voltar, a educação e saúde lá é melhor, a escola é fraca aqui, o ensino é precário”.

“Teria que ter ensino para os adultos, que não sabem ler nem escrever”.

“O principal é ter uma creche não tem onde deixar as crianças para a gente trabalhar, e não tem nunca vi uma coisa dessas”

“Ninguém aqui tem paciência com a gente, falta valorizar mais o bairro, as pessoas que moram, teria que ter um curso supletivo, muita gente não estuda mais porque o único que tem é em São Sebastião”.

“Aqui na cidade de São Sebastião deveria ter faculdade, melhorar as escolas, ônibus para as crianças à noite quando chegam da escola”.

“Aqui a educação é ruim, é atrasada, as crianças não são corrigidas na escola”.

“Aqui já está bem grande, tem muita gente, precisa mais atenção com a população, escola também só tem uma, e creche nem tem, a gente não sabe onde deixar os filhos”.

A principal reivindicação tem sido para a existência de ensino médio em Maresias, os alunos têm que se deslocar até o bairro de Boiçuganga, para completar esta etapa da educação, porém por depender de condução que os leve, e também por não existir o curso em horário noturno, nem todos tem possibilidade o que tem barrada a continuidade nos estudos.

A única creche existente fica localizada no bairro denominado Angra 1, onde estão localizadas as casas de veraneio, e é distante do bairro do Sertão, lugar onde reside a população que necessita deste equipamento social. As mulheres pesquisadas, na sua maioria desconhece a existência da creche, e isso representa um transtorno em suas vidas, muitas vezes impedindo até possibilidade de trabalhar e aumentar sua renda, e as crianças por sua vez, ficam excluídas do processo de socialização ao qual têm direito garantido por lei.

Problemas Ambientais

“Agora deram de lotear também as praias, no verão ficam tão loucos para ganhar dinheiro, que a Prefeitura agora aluga o espaço para barracas promocionais na praia e são enormes, a gente nem tem lugar para ficar, e tem que ficar olhando para a propaganda e somos obrigados a engolir isso, acho que não tá certo”.

“Um abuso são os despachos para santo na cachoeira, quase todo dia tem isso lá”.

“A SOMAR que é a Sociedade Amigos de Maresias, fala que temos que contribuir, mas não funciona. O pior aqui é esgoto a céu aberto, fossa destampada. Cuidados com a dengue ninguém tem, ouvi que aqui tá tendo até caso de malária, um absurdo”.

“As casas noturnas fazem um barulho absurdo, dão emprego isso é bom, mas nem sempre é para quem mora aqui, mas final de semana ninguém aqui dorme em paz (Sirena, Kawai e outros)”.

“Aqui tem mais cachorro do que gente, eles poluem tudo, ficam virando os lixos em todas as ruas, imagine que eles entram até nas lixeira, quando tem, porque são baixinhas, conheço gente que tem até 12 cachorros e nem liga para eles, quando cheguei aqui bebia água do rio, agora não chego nem perto”.

“Já saiu até na revista Veja sobre o desmatamento e superpovoação dos morros, mas ninguém faz nada, porque será?”

“O pessoal que chega aqui e tem mania de ouvir som alto, não se preocupam com ninguém, cada um ouve um tipo de som, sertanejo, forró, axê, tchutchucas e outras coisas e voce fica no meio desse tiroteio de sons, já até desmaiei de nervoso e ninguém respeita, nem ouve o som dos passarinhos que tem tantos aqui, acho que até eles já tão ficando é surdos de tanta barulheira”.

“Apesar de ter um posto de Prefeitura aqui é muito abandonado o único serviço que vejo é passar máquina quando chove, senão também ninguém transita”.

“Sabe que aqui é calmo, nunca acontece nada estranho. Aqui não tem nada ruim, é tudo bom”.

“Quando cheguei aqui, há 20 anos, tudo era mato. Agora as pessoas que estão chegando não tem mais onde ficar e já estão desmatando no meio da serra. Como não tem mais onde ficar, vão invadindo. E ninguém faz nada, não se toma providência, onde isso vai parar”.

O fenômeno da migração pode ser visto como uma tentativa de fuga de uma realidade social que não contempla as condições mínimas de vida, e o deslocamento para a busca da terra prometida, onde seus sonhos possam ser realizados, nem sempre é possível de ser concretizado. Grande parte dessa população não encontrou o Edén, e sim a falta de emprego, de assistência médica, de escolas, de esgotos, a não conservação do ambiente, na verdade, se vêm apartadas da boa condição de vida, discriminadas, isoladas e excluídas das condições outrora tão sonhada.

5 - Conclusões

5 – Conclusões

Os resultados apresentados deram visibilidade para a situação de vulnerabilidade das mulheres migrantes que residem em Maresias. A grande maioria tinha como fonte de renda, um trabalho sem vínculo empregatício; fazendo faxina em residências de veraneio ou nas pousadas e hotéis, sem garantia nenhuma e sem direito a convênio médico.

Uma parte muito reduzida, apenas 8% possuía emprego formal, com registro em carteira. As mulheres fazem “dupla jornada” trabalhando mais horas do que os homens. Metade do seu tempo é gasto com atividades não remuneradas. Como grande parte de seu trabalho não é remunerado, e portanto, não está incluído nos índices de contabilidade nacional, não pode ser apoiado, ou modificado, já que o governo não o contabiliza. O que não pode ser mensurado, transformado em números virar dados estatísticos, geralmente não recebe apoio.

Sessenta por cento das mulheres são casadas ou mantêm vínculo marital.

Um terço declarou ser chefe de família.

A idade das entrevistadas variou de 18 a 65 anos. A grande maioria encontrava-se em idade tanto reprodutiva como produtiva tendo, em média, 30 anos. Com baixa escolaridade, 50% possuíam nível básico, ou seja, completou o ensino fundamental.

Grande parcela das mulheres relatou não possuir nenhum tipo de religião, 20% declararam-se evangélicas.

Muitas entrevistadas declararam ser morenas, ou pardas, mas a evidência era de serem afro-descendentes.

A maior parte das mulheres (56%) tem entre um e três filhos. A presença dos filhos apareceu como fator que mais interfere na participação feminina no mercado de trabalho. O uso de contraceptivos não significa, necessariamente, garantia de oportunidade no mercado de trabalho, mas muitas vezes,

representa um alívio o fato de ter menos filhos. Percebeu-se que as opções das mulheres brasileiras ainda são a esterilização e a pílula. A guarda dos filhos, aliada à falta ou insuficiência de equipamentos sociais coletivos, em especial de creches, revela as consequências das desigualdades baseadas em discriminações de gênero.

Havia falta de acesso aos poucos equipamentos sociais existentes. O bairro possuía uma pequena creche, porém a grande maioria das mulheres migrantes, sequer sabia da sua existência, por estar localizada em um loteamento circundado por residências de veraneio (parte “nobre” do bairro denominada Angra-1). Esse fato parece refletir a falta de planejamento urbano, uma vez que a grande demanda deste equipamento social, reside em um local onde não foi previsto nenhum equipamento social, isto é, os terrenos localizados no bairro do Sertão, que foram subdivididos, mas não foi previsto nenhum espaço onde possa ser instalada a creche.

O local de origem das entrevistadas variou muito, mas a predominância foi o Nordeste, e em especial, o Estado da Paraíba, sendo que muitas migrantes vieram também do Vale do Jequitinhonha, região muito pobre ao norte de Minas Gerais. A grande maioria residia em Maresias entre 5 e 10 anos, mas o fluxo migratório permanece, tendo sido encontradas mulheres com apenas um mês no local.

Relataram a existência de similaridade entre seus locais de origem e o Bairro de Maresias, especialmente em relação ao clima, ao calor e à praia, pois muitas declararam que em suas cidades também havia praia.

As mulheres migrantes residentes em Maresias relataram que *sentiam-se prestigiadas* pelo fato de ganharem um salário melhor e serem “*mais bem tratadas*” e valorizadas pelo seu trabalho. Quando iam visitar seus parentes, que ficaram morando em seu local de origem, podiam levar presentes “bons e caros”, isso aumentava sua *auto-estima*. O fato de terem conseguido uma casa própria em um lugar considerado (para muitas delas) bastante valorizado no mercado imobiliário, também era motivo de orgulho. Algumas relataram que com a venda da sua casa em Maresias daria para comprar uma “fazendinha” em seu local de origem e almejavam isso para o futuro.

O motivo da migração mais citado foi à busca de trabalho, a crença e a esperança de ter acesso à melhor qualidade de vida, a melhores salários com opção e possibilidade de conseguir fazer os filhos estudarem.

O sentimento sobre a migração era ambíguo, pois ao mesmo tempo em que acreditavam ter melhorado de vida, por possuir um trabalho com melhor remuneração, sentiam também a ausência dos familiares que ficaram na terra natal. Muitas já tinham estabelecido em Maresias uma rede de parentesco, geralmente irmãos. Segundo depoimento de uma das mulheres, “um vai puxando e trazendo o outro”.

Entretanto, as condições de vida e habitação eram precárias, o Bairro do Sertão não tinha infraestrutura, não possuía água encanada, nem rede de esgoto ou saneamento básico. As casas em geral eram de alvenaria, mas muitas foram construídas em madeira compensada, localizadas na encosta dos morros ou próximas aos córregos ou pequenos riachos e sem qualquer segurança.

A única escola de ensino fundamental ficava localizada na avenida, assim os estudantes necessitavam usar o transporte escolar para frequentar as aulas.

O clima quente e úmido desta Região tem propiciado algumas enfermidades, entre elas, foram registrados casos de malária e morbimortalidade por febre tifóide.

Sessenta e três por cento da população pesquisada nunca tinha feito exame preventivo. Esse fato revelou o descaso dos serviços básicos de saúde, e a falta de campanhas preventivas, alertando as mulheres para o grave problema relativo à alta incidência de casos de câncer de colo uterino.

Quanto aos sentimentos e significados atribuídos à condição de migrante pode-se dizer que de maneira geral, percebiam ter havido uma melhora na sua condição e qualidade de vida, porém expressaram sentir também um certo “desamparo” frente ao futuro, especialmente em relação ao sistema de saúde, já que o serviço de saúde existente no local só oferecia atendimento primário.

Segundo as mulheres migrantes, a saúde era vista como um “bem individual”, cada uma tinha que preservar sua própria vida. Relataram ainda que não podiam depender ou contar com o serviço de saúde oferecido. A maioria o qualificava como ineficaz.

Em relação à violência doméstica (40%) relataram ter tido algum contato ou por conhecer alguém nessa situação ou porque a própria entrevistada vivenciou esse problema, treze por cento consideravam a violência doméstica ser um crime, falta de respeito e de vergonha, uma covardia dos homens contra as mulheres.

Maresias está localizada entre o Oceano Atlântico e a reserva da Mata Atlântica, como já foi dito suas residências em grande parte foram construídas na encosta dos morros e montanhas. As construções na sua maioria eram clandestinas e não apresentavam as normas de segurança preconizadas pelos órgãos competentes. As condições de insalubridade era evidentes já que muitas residências não possuíam banheiros, e as fossas quando existiam eram construídas em lugares inadequados. Alguns moradores, inclusive jogavam os dejetos diretamente na rua.

Apesar dos trabalhos existentes não oferecerem nem registro em carteira e nem plano de saúde, a maioria expressou ser “uma benção” ter um mínimo de inserção social, e noventa por cento das entrevistadas acreditava estar vivendo uma melhor condição de vida, já que, o salário médio em seu local de origem era fixado em torno de 5 reais por dia de trabalho. Algumas achavam que o mercado de trabalho em Maresias já estava saturado, e que em breve ninguém mais teria emprego. Sentiam este fato como uma ameaça constante. Percebe-se que o que têm prevalecido é um desenvolvimento para poucos e a exclusão de muitos.

Em Maresias, o grande contingente de moradores migrantes, e formam uma densa população com aproximadamente 1000 mil famílias, em condições de habitabilidade de risco.

Para um grave problema ambiental uma ótima resolução

Um grupo de mulheres organizadas moradoras do bairro do Sertão, em conjunto com uma organização de defesa do meio ambiente do local, ao se conscientizarem da importância da conservação do meio ambiente e tendo informação de que o óleo vegetal utilizado pelos restaurantes locais, em contato com o solo demora muitos anos para ser degradado, resolveram como proposta de resolução para este grave problema ambiental, fazer sabão para uso doméstico que tem sido utilizado pelas próprias moradoras. Assim conseguiram contribuir também para o orçamento doméstico com a renda propiciada pela venda da produção excedente.

Há ainda a coleta de lixo a ser reciclado, a padaria artesanal, uma confecção de roupas e atividades de ecoturismo, que tem contribuído da mesma forma para gerar renda para as mulheres.

Apesar disso, as disparidades de gênero persistem, uma vez que as instituições econômicas e sociais não têm levado em conta a promoção da igualdade.

Em todos os relatos apresentados apareceram claramente, as percepções, opiniões, expectativas e representações sociais que as mulheres tinham em relação à sua situação econômica e à sua vulnerabilidade social. Essas informações revelaram como as desigualdades e a falta de equidade e acesso às riquezas precisam ser encaradas “de frente” em busca de caminhos que possam, de fato, reverter esta realidade.

Para transformar os graves problemas ambientais em soluções, as políticas públicas devem ser priorizadas pelo governo local contando com a participação popular.

Conhecer e experienciar essa comunidade despertou e fortaleceu o desejo de contribuir para a construção plena da cidadania dos moradores de Maresias, onde os direitos humanos fundamentais possam ser vivenciados, desta forma poder, “*ser uma maneira de diminuir a distância entre a intenção e o gesto*” Calió (1991).

6 - Recomendações

6- Recomendações

Aos órgãos públicos municipais/ estaduais

Em relação aos problemas detectados recomenda-se:

6.1 - Sobre a violência

1. Promover a não violência contra a mulher com campanhas sócio-educativas
2. Estimular a estruturação de redes comunitárias de solidariedade entre as mulheres, para o combate à cultura da violência e para que esta seja erradicada da sociedade.
3. Incentivar a consolidação dos serviços de atendimento às mulheres que sofrem violência doméstica e sexual nos equipamentos de saúde.
4. Implantar um serviço disque violência.
5. Criar um serviço de Defensoria Pública para dar atendimento Jurídico às mulheres.
6. Melhorar o sistema de iluminação pública nas regiões mais afastadas, proporcionando maior segurança e coibir possíveis agressões sexuais.
7. Traçar estratégias que promovam o conhecimento, a revalorização e o fortalecimento da identidade juvenil e sua participação, como setor ativo e consciente, na construção da cidadania e do desenvolvimento do país.
8. Promover projetos para jovens com ênfase em contracepção, na inserção na escola e no mercado de trabalho.
9. Aplicar a lei 10224 de 15-05-2001 de autoria de Iara Bernardes. deputada federal PT/SP, alterou o Código Penal, para introduzir o crime de assédio sexual, condenando à pena de detenção, de um a dois anos, todo(a) aquele(a) que se prevalecer de sua posição hierárquica ou de ascendência para obter favor sexual

Sobre a Violência doméstica

1. Identificar este problema para avaliar a sua gravidade e a possibilidade efetiva de implantar políticas públicas que atendam essa demanda com registro sistemático de dados estatísticos, assim a saúde pública poderá planejar um trabalho preventivo de maneira eficaz, contribuindo para reduzir a morbi-mortalidade por violência doméstica.
2. Promover ações para a prevenção e assistência às mulheres em situação de violência doméstica e sexista no ambiente escolar. Da mesma forma, é igualmente importante destacar a questão da violência contra a mulher nos programas de educação não sexista. Sensibilizar para detectar casos de abuso infantil e proporcionar a orientação e encaminhamento dos mesmos.

6.2 - Recomendações para a Saúde

1. Os gestores municipais de saúde, devem contribuir para a promoção da participação e representação das mulheres nos espaços de controle social, promovendo capacitação de gênero em saúde para as trabalhadoras e conselheiras da área de saúde.
2. Divulgar sistematicamente análises da situação da saúde na cidade com informações e dados sobre morbidez e mortalidade, de forma permanente, assim as desigualdades de gênero possam ter visibilidade e serem acompanhadas com indicadores mais precisos, visando a sua superação.
3. Garantir o quesito cor, nos prontuários, dessa forma consolidar ações mais precisas para a população negra, dessa forma garantir para essa população efetivo acesso aos serviços.
4. Incluir ações de saúde com perspectiva de gênero, entendendo a abordagem da saúde integral que inclua a saúde mental, do trabalho, atenção as DST,s e AIDS, a gravidez na adolescência e cuidado especial às mulheres portadoras de deficiência.

5. Incentivar a promoção de ações educativas com vistas aos direitos sexuais e reprodutivos, formando educadoras e multiplicadoras em saúde. Manter Planejamento Familiar em todas as unidades de saúde, com métodos contraceptivos e realização de laqueadura e vasectomia na rede hospitalar, para atender aos desejos ou necessidades das pessoas.
6. Desenvolver uma política de formação, capacitação e sensibilização dos funcionários do sistema de saúde e agentes comunitários de saúde para identificar e atender pessoas em situação de violência doméstica.
7. O Sistema Único de Saúde - SUS, deveria ter como norma e procedimento a inclusão no prontuário dos usuários do quesito: se a pessoa em atendimento sofre de violência de gênero?
8. Atenção máxima com recursos alocados para câncer de mama e colo uterino.
9. Promover programa de atendimento para anemia falciforme presente na população negra.

6.3 - Cultura

1. Incentivar e promover as iniciativas culturais como mecanismos potencializadores de ações educativas, sempre incorporando e introduzindo a perspectiva de gênero.
2. Encarar a cultura e lazer como direitos fundamentais e indispensáveis a uma cidadania plena das mulheres na cidade.
3. Trabalhar ações interligadas entre Secretaria da Educação e Cultura para incentivar atividades conjunta. Criação de espaços de cultura que além de promover e organizar atividades artísticas e culturais que possa contemplar as demandas específicas de grupos específicos, refletindo e promovendo a diversidade no que se refere à educação, treinamento e informação, convivência e trocas de experiências.

6.4 – Atenção a população migrante

Em Municípios com potencial para o turismo, como Município de São Sebastião, têm ocorrido intensa migração é fundamental:

1. Identificar a população migrante, oferecer serviços especializados para acolhimento e absorção desta demanda.

6.5 – Educação Ambiental

2. Fornecer e fortalecer elementos para educação ambiental, objetivando a compreensão das complicadas relações existentes entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente.
3. Mobilizar ações locais, nacionais tomando-se o conceito de desenvolvimento sustentável não como uma forma fixa, mas um processo de mudança das relações entre os sistemas e os processo sociais, econômicos e naturais, entendendo o desenvolvimento sustentável como a possibilidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Na pratica se traduz por uma adequação entre as exigências ambientais e as necessidades de desenvolvimento.
4. Promover o desenvolvimento local de forma solidária, ao vincular o indivíduo à vida, aos interesses e responsabilidades dos grupos sociais, garantir sustentação e participação ao longo do tempo das pessoas do local, seja a comunidade, o município ou uma região. O desenvolvimento local deve ser pautado pela melhoria da qualidade de vida e da disponibilidade de recursos naturais, sociais e econômicos no local.
5. Propiciar a participação e capacitação de lideranças e técnicos nos programas e ações organizadas no Município, visando a integração dos diversos setores, geralmente, desenvolvidos de maneira segmentada.

6. 6 - Sustentabilidade

Uma estratégia para combater o desemprego pode ser a Economia Solidária que tem pautado em seus projetos o desenvolvimento, a sustentabilidade, a justiça econômica e social com democracia participativa, formando redes de colaboração solidária entre os diferentes setores da sociedade organizada, com vistas à luta e combate à exclusão social, buscando projetos de geração de trabalho e de renda.

- 1. Promover a sustentabilidade administrativa e produtiva nos empreendimentos, enfatizando a capacitação para gerenciar e apoiar politicamente a comercialização da produção realizada por mulheres.**
- 2. Realizar campanhas educativas estimulando a divisão de tarefas na família. Implantar equipamentos sociais que facilitem a vida das mulheres.**
- 3. Considerar o recorte de gênero no desenvolvimento e na implantação dos programas sociais, para o planejamento, execução e acompanhamento de políticas públicas de forma a alterar e diminuir as desigualdades sociais e de gênero.**
- 4. Exigir que as empresas que prestam serviços a Prefeitura garantam o cumprimento da legislação relativa creches para os filhos das trabalhadoras, e assistência à saúde.**
- 5. Promover igualdade de acesso aos programas de qualificação profissional que não produzam o confinamento das mulheres as profissões ditas femininas e que estimule as jovens à capacitação em novas tecnologias.**
- 6. Ampliação dos critérios de inclusão nos programas sociais, garantir o acesso a moradores em situação de rua e mulheres em situação de violência em albergues, fazer parceria com a sociedade civil, para buscar empregos e equipamentos de amparo aos filhos, como creches, escola e outros.**
- 7. Reduzir as desigualdades de gênero com a criação um Índice de Vulnerabilidade Cidadã que possa efetivamente mapear e quantificar pontos**

de risco existentes nas diversas áreas de participação e atuar nesses “focos” para garantir a efetiva promoção da cidadania.

6.7 - Educação

1. Ampliar a rede de creches e educação infantil com atendimento em horário comercial, cobertura do ensino básico e do ensino fundamental, estabelecer horário de funcionamento de acordo com a jornada de trabalho das mães.
2. Oferecer programas de combate às discriminações sexual e racial, atividades de formação e campanha para os profissionais da rede, incluindo os que trabalham em creches, revisar e reorientar os currículos e os materiais didático-pedagógicos, para promover debate e o estudo das questões étnico-raciais, de gênero e de classe, ressaltando também a questão indígena.
3. Elaborar recursos pedagógicos e cursos sistemáticos em Gênero e Educação com o objetivo de construir um projeto de educação igualitária, que possam ser usados pelos educadores e alunos.
4. Contemplar ações que promovam uma educação não sexista.
5. Realizar seminários com educadores e gestores educacionais que tratem dos desafios para educação não discriminatória, sexista e racista.
6. Promover, compreender, capacitar a escola como “lócus” capaz de re-significar a cultura e educação, utilizando os meios de comunicação disponíveis como o rádio e tv comunitários, de forma a contribuir para a igualdade de gênero.
7. Elaborar estratégias onde a escola seja um espaço de prazer e lazer uma vez que esse espaço pertence à comunidade.
8. Investigar o grau de analfabetismo para redesenhar a política pública de combate desse grave problema.
9. Ampliação dos horários de atendimento aos finais de semana das escolas e creches, incluindo as famílias para as atividades educativas, esportivas e

recreacionais, contemplando ações conjuntas com os espaços de juventude.

6.8 - Aos governos e as instituições financeira nacionais e internacionais.

1. Proteger a população que está mais exposta a enchentes, desmoronamentos, poluição, lixo, doenças e toda diversidade de acidentes ambientais.
2. Integrar as dimensões ambiental, social e ética da sustentabilidade e do desenvolvimento, freqüentemente dissociados nos discursos e nas práticas.
3. Promover a Justiça ambiental não apenas como uma expressão do direito, mas com efetiva reflexão, mobilização e bandeira de luta de diversos sujeitos e entidades como sindicatos, associações de moradores, grupos afetados por diversos riscos.
4. Reforçar as políticas ambientais comprometidas com a democracia.
5. Refletir sobre o enfraquecimento do Estado-Nação, presente nas instituições políticas, que têm provocado o deslocamento de responsabilidade do Estado para as forças “independentes” da ciência e da tecnologia.

7 - Referências

7 - Referências

Agenda 21 Local – Compromisso do Município de São Paulo – São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; 1996.

Agenda 21: Do Global ao Local. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; 1998.

Arruda M. "A nova Economia: Transformações no Mundo do Trabalho e seu Futuro", PACS, Rio de Janeiro, "Cadernos Propostas". Aliança por um Mundo responsável, Plural e Solidário, Assembléia Mundial de Lille, dez/ 2001.

Benton T. Social Theory and the Global Enviroment. London: Routledge; 1994.

Bonaparte H. e outros, Derechos Humanos de las mujeres. Manual para mujeres e varones. Rosário: Instituto de Género, Derecho y Desarrollo; 1995.

Borj B. Desigualdade de gênero e raça. Revista de Estudos Feminista. Rio de Janeiro: N. especial out/1994.

Brito F. Os povos em movimento as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: Emigração e Imigração Internacionais no Brasil contemporâneo. Campinas: FNUA; 1995.

Barreto M. – Uma jornada de humilhações. São Paulo; 2000 [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]

Bento MAS. Contra fatos não há hipocrisia. São Paulo: Jornal da Rede Feminista da Saúde. jun/2002 p 17.

Berquó E. Brasil, um caso exemplar – Anticoncepção e parto cirurgico à espera de uma ação exemplar. Rio de Janeiro: Revista Estudos feministas. Vol.1,n.2-CIEC-ECO-EFRJ; 1993.

Beck U. Teoria da Modernização reflexiva. In. Giddens, A, Lash, S. Modernização Reflexiva: política, tradição, e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP; 1997.

____ Risk Society: Towards and modernity. Londres: Sage Publications; 1992.

Bahal V. Cultural imperialism and women's moviments: thinking globally IN: Gender & History. Oxford: Alden Press, ltd. Vol.9 number 1 April; 1997.

Barring M and Werkamp A. Gender in social planning In: Engendering development experiences. Lima: (Novib and Red entre mujeres); 1994.

Barroso C. Women's studies as a strategy for education change: the Latin American experience in Women's studies international: Nairobi and beyond. New York: The feminist Press at the City University of New York; 1991.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: IMESP, 1988.

Cadernos de Ética em Pesquisa. Brasília: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Conselho Nacional de Saúde; 2000 n.4 Abril.

Calió SA. Relações de Gênero na Cidade – Uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana. São Paulo; 1991 [Tese de doutorado - FFLCH da Universidade São Paulo].

____ A Conferência do Cairo, As Migrações Internacionais de Mulheres. São Paulo; Cadernos do CIM n.1, 1994.

Carmo H.(coord.). Exclusão social; Rotas de intervenção. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa; 1996.

Carreira D. Cruzando Olhares. Educação, meio ambiente e cidadania. Reflexões e experiências. São Paulo: SMA/CEAM; 1998

Chauí M. Participando do debate mulheres e violência. Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar Editores; 1984.

Correia S. Reproductive and sexual rights: a Feminist Perspective. IN Sem G, Germain A.Chen LC (eds) Population policies Reconsidered: health, empowerment and rights. Boston: Havard School of Public Heath, USA; 1994.

Castoriadis C. La mantée de l'insignifiance, Paris: Editions du Seuil; 1996.

Crow G. Geography and Identity: Living na exploring Geopolitic of identity. Geography and Identity. Washington, D.C: BookCrafters; 1996.

Cunha JMP. Projeto Mobilidade e redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo: Característica, recentes, padrões e impactos no processo de urbanização. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1999, p 273.

Daly HE. De la economia Del mundo vacio a la economía mundo lleno. Medio ambiente y desarrollo sostenible. Madri: Ed.Trotta; 1997

Daniel C. I Conferência de Cidadania e Direitos Humanos de Sto.André: Direitos Humanos 1999 Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André; 2002

Dias GF. Educação ambiental: princípios e práticas: São Paulo: Gaia; 1994.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE. São Paulo: Boletim Informativo;out/1999.

Durkheim E. O suicídio. Estudo sociológico. Lisboa:Presença; 1996.

FNUD - Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: Relatório do Desenvolvimento Humano. PNUD; 1997.

Freire P. Novos tempos, velhos problemas. In Serbino. RV; Ribeiro R. Barbosa RLL: Rio Janeiro: Zahar; 1999.

Fundação Perseu Abramo. A mulher brasileira no espaço público e privado: São Paulo; 2002.

Gebran RA. Formação de Professores. São Paulo: Fundação Ed.UNESP; 1998 (Seminário e Debates).

Guiddens A. A transformação da intimidade Sexualidade, Amor, e Erotismo nas Sociedades modernas: São Paulo. Editora UNESP; 1997.

_____ As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP; 1994.

_____ Para além da esquerda e da direita. São Paulo: UNESP; 1996.

_____. A modernização reflexiva. São Paulo: UNESP; 1997.

General Distribution. Paris: Organization for Economic Co-Operation and Development ; 1989.

Goffman E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Ed.Vozes; 1992.

Gomez. EG. Género, mujer y salud en las Américas. Washington (DC): Organización Panamericana de la Salud; 1993 (OPS -Publicación Científica, 25).

Guivavant J.S. A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. São Paulo: Estudos Sociedade e Agricultura, 2001 n.16 abr 95-112.

Hannigan J. Environment Sociology, London: Routledge; 1997.

Heyzer N. O que Pequim significa para as mulheres no Mundo. Rio de Janeiro: Revista Estudos Feministas; 1995 Vol.3 n.1 pg.219.

Yannoulas, S. (org) Atuais tendências na Educação Profissional, FLACSO; Brasília: Editora Paralelo 15; 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, Índices Socioeconômicos; São Paulo, 2002.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Educação para um futuro sustentável - Uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada: Brasília; Edição IBAMA, 1999.

Jacobi PR. Do centro à periferia - meio ambiente e cotidiano na cidade de São Paulo in Ambiente e Sociedade: Campinas. UNICAMP, Ano III n. 67 I Semestre e II semestre 2000.

Jornal Travessia. Do Migrante. São Paulo: Publicação do CEM – Ano XIII, n.36 jan-abr.p 5, São Paulo, 2000.

Klein M. Amor, Ódio e Reparação: São Paulo, Imago Ed. USP; 1975.

Lavinas L. Organização das Nações Unidas. ONU. Conferência Mundial sobre Mulheres, 4. ONU: Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 1996.

Leff E. Epistemologia Ambiental: São Paulo, Cortez, 2001.

_____. La complejidad ambiental : México, Siglo XXI; 2000

Loureiro NRB. Gênero, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió: Coleção Gênero e Cidadania. Vol.3; 1994.

Menegon VM. Pôr que jogar conversa fora? Pesquisando no cotidiano. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: São Paulo. Ed.Cortez, 1999.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento pesquisa qualitativa. São Paulo. Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO; 1996.

Ministério da Saúde - Brasília: Boletim Epidemiológico; 2003

Morin E. A ciência com consciência: São Paulo: Bertrand Brasil; 1994.

Musznski MJB. O impacto político das migrações internas. São Paulo. Ed.Idesp; 1986

Nogueira IB. Significações do Corpo Negro. [Tese de Doutorado da Faculdade de Psicologia da Universidade São Paulo] São Paulo; 1998.

Offe C. "New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics". Londres: Social Research. 52:817; 1985.

Organização das Nações Unidas- ONU. Resoluciones aprobadas por la asamblea general y consejo economico y social durante o período 1988-1991 acerca da situacion de la mujer y su integracion en el desarrollo economico social: USA, 1991

Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. Bogotá: Declaração de Santafé; 1992.

Pelicioni MCF Educação em Saúde e Educação Ambiental – estratégias de construção da Escola Promotora da Saúde. São Paulo: 2000. [tese de Livre Docência da Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo]

_____. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. São Paulo: Rev.Saúde e Sociedade 7(2):19-31; 1998.

Pereira ISSD. Imigração dos PALOP para Portugal: São Paulo, 1999. [Dissertação de Mestrado da Faculdade de Saúde Pública-Universidade São Paulo]

Philippi Jr A. Linhas de Cooperação para a Gestão Ambiental Municipal – Municípios e Meio Ambiente. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente; 1999.

Poggio S and Sagot M. Irumpiedo en lo público. Seis facetas de las mujeres en América Latina. Costa Rica: Latin American Studies Association; 2000

Reis AOA. O discurso da Saúde Pública sobre a adolescente grávida: avatares. São Paulo; 1993 [Tese de doutorado - Faculdade de Saúde Publicada - USP].

Raana H. The Cairo-Copenhagen-Beijing Connection in: Gender and development. Egypt: The American University in Cairo Press; 1995

Saint-Maurice. Reconstrução das identidades no processo de migração: Lisboa, 1994. [Tese de Doutorado. Instituto Ciências Sociais. Universidade de Lisboa].

Shilling F. I Conferência de Cidadania e Direitos Humanos de Sto. André: Direitos Humanos 1999 Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André; 2002

Spínola AWP. Reflexões sobre a prática da investigação qualitativa: Madeira: Seminário: Investigação-ação; 1994.

Spink MJ. Riscos e Visibilidade: a explicação dos passos na interpretação. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: São Paulo: Ed.Cortez; 1999.

Shiva V. Biopiracy the plunder of nature and knowledge. Boston: South End Press Massachuchets; 1997.

_____ Women, ecology and health: rebuilding connectios In: Close to home.USA: New Society Publishers; 1994.

Scott CV. Gender and development rething modernization and depender theory. London: Lynner Publishers Inc.; 1999.

Soares V. Indo para Pequim as mulheres passaram pelo Rio, Viena, Cairo e Copenhagen. São Paulo: Cadernos do CIM Mulher, População e Desenvolvimento, n.1; 1994.

Tavares DMC. Violência doméstica: Uma questão de Saúde Pública [Dissertação de Mestrado da Faculdade de Saúde Pública – Universidade São Paulo] São Paulo, 2000.

_____ Teses transformadas em tecnologia. São Paulo: Jornal Universidade São Paulo USP, 16 a 22/12/2002 p.6

_____ O lado cor de rosa de São Paulo. Ed.Globo. Rev.Marie Claire, jan.2004 n.154 p 23.

Teles MAA. Breve história do feminismo. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

The sustainable City A Contribution to Habit II The Second United Nations Conference on Human Settlements Instambul. Turquia: in: AMBIO A Journal of the Human Enviroment Vol.XXV Number 2, mar, 1996.

Touraine A. A crítica da modernidade, São Paulo: Editora Vozes; 1995

_____ Podremos vivir juntos! Iguales e Diferentes! Mexico: Fondo de Cultura Econômica;1997.

Trindade MBR. Sociologia das Migrações. Lisboa: Universidade Aberta; 1995.

United Nacion Education Scientific and Cultural Organization-UNESCO. Paris: La educacion ambiental: las grandes orientações de la Conferência de Tblisi;1980.

Vainer CB. Estado e migração no Brasil da imigração a emigração In: Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo: Campinas, FNUA; 1995.

Waiselfisz J. O mapa da violencia III Os jovens no Brasil, Juventude, Violência e cidadania. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Sena, Ministério da Justiça; SEDH, 2002.

II Intenacional Congress Women Work Health Program. Abstracts. Rio de Janeiro: ABRASCO/FIOCRUZ; 1999.

REFERÊNCIA CONSULTADA

Aguwma MI. Women, health, and international development. Michigan: Michigan State University; 1982

Afshar H. Women, development and survival in the word. Singapore: Longman Singapore Publishers; 1994.

Buttel FH. Social Intitions and Enviroment Chage. In Redclift, M & Woodgate, G. (orgs). The International Handbook of Enviroment Sociology. UK: Edward Elgar, 1997.

Blondet C. Establishing identing: Women settlers in a poor Lima neighbourhood in: Women and social change in Latin America. London: Zed Books Ltd; 1990.

Carter J. Ethnicity, gender and equalith in the NHS. Etnicity, gender and social change. New York: St.Martin's Press.Inc; 1999.

Informe Anual- 1994-1995 Federation Internacionale de planificación de la Familia. London: Ed.KPC; 1996.

Jacobs M The Green Economy: London. Pluto Press; 1991.

Keuper I. The women's movement: History and theory. England: Ashgate Publishing Limited; 1993.

Karliner J. Grassroots globalization In: The Corporate Planet – Ecology and Politics in age of glozalization. San Franscico: Sierra Club Books; 1999.

Luitel S. Women in development. Kathmandu: Nepal Press; 1992.

Garcia R. Interdisciplinariedad y Sistemas complejos. In: E Leff et al (eds). Ciências Sociais y Formacion Ambiental. Barcelona: Ed. Gedisa; 1994.

Garfinkel H. Ethnometodology: London: Macmillan Press Ltda; 1967

Gisálio CF. Ideologia e inconsciente – Análise Social da Ideologia. São Paulo: EPU Ed. Pedagógica Universitária Ltda; 1988.

Global health in transition: A synthesis perspectives from international organizations. Washington DC: National Academy Press; 1996.

Goldblatt D. Social Theory and the Enviroment. London: Polity Press; 1996.

Marchand MH. and Runyan AS. Gender and Global restructuring singhings, sites resistances. London: Routledge Press; 2000.

Martin MD. and Hashi OF. Law as na Istitucional barrier to the economic empowerment of women. África: The Word Bank; 1998

Miller ALM. The trird world in global enviroment politics. London: Lynnes Rienner Publisher; 1995.

Moghadam VM. Patriarchy and economic development. Oxford: Clarendon Press, 1996.

Mol APJ. A globalização e a mudança dos modelos de controle e poluição industrial: A teoria da modernização ecológica. In. Qualidade de vida e riscos ambientais. Selene C. Herculano, Porto, MFS, Freitas, CM. (orgs.), Niterói: Ed. Vozes; 2000.

Mazumdar V. Education and rural women: Toward na alternative perspective In: Women's studies international: Nairobi and beyond ed. by Rao A. New York: The feminist Press at the City University of New York; 1991.

Redclift M. & Benton T. Social theory and the global environment: London. Routledge; 1994

Redclift.M & Woodgate.G. Sociologyans the environment discordant discourse? London. Routledge; 1998

Report of the United Internacional Conference on Population and Development United Nations in: Cosumption, population, and sustainability. Ed. By Chapman R. Moran S.B. Petersen R.L. Cambridge: Harvard University Center for study of word religions; 2000.

Rose J. Enviroment Manegement and health. Australia: MCB University Press. Vol.5 Number 1; 1992.

Sâmara EM. Cidadania, Trabalho Feminino e Globalização. São Paulo: Simpósio Internacional Catálogo Bibliográfico.FFLCH/USP; 1999.

Snyder M. Transforming, development, women, porvety and politics. London: Intermedite Tecnology Publications; 1995.

Salles V. y Espinosa G. Seminario del BID/PROLID " lidergo de la mujer: teoria y prática" México: paper agos/2000.

Stein J. Empowerment and women's health.London: Zed books, 1997

The World in 2020: Towards a new global age. France: Health of Publications Service, OECD, 1997.

Warren K.J The power and the promise of ecologic feminism in: Gender. USA: Humanities Press International; 1997.

Anexos

Anexo 1

Modelo do Formulário

1. Idade:() anos - Profissão: _____

2. A sra. sabe ler? Sim () Não ()

3. Até que ano freqüentou a escola?

1a ensino fundamental incompleto ()

1b ensino fundamental completo ()

2a ensino médio incompleto ()

2b ensino médio completo ()

3a ensino superior incompleto ()

3b ensino superior completo ()

Outros (). Especificar _____

4. Estado civil:

solteira () casada de fato ou de direito () viúva ()

separada/divorciada/desquitada ()

Etnia/Raça:

Branca () negra () amarela ()

6. Você faz parte de algum grupo têm religioso?

Sim () Não () – Qual? _____

7. Em que lugar a sra. nasceu? Cidade _____ Estado _____

8. Esse local ficava em meio:

Rural () Urbano ().

9. Há quanto tempo está em Maresias? _____ anos/meses

10. A sra. já trabalhou em Maresias ? sim () Em que? _____

Não () Por que? _____

11. No momento a sra. está trabalhando?

Sim () Em quê? ____ Trabalho regular () Trabalho temporário ()

Não ()

No momento tem procurado trabalho?

Sim () Qual? ____ Não () Pôr quê? _____

12. Depois de quanto tempo, a sra. conseguiu seu primeiro trabalho?

menos de 6 meses () entre 6 meses e um ano ()

mais de um ano () Outro. () Qual? _____

13. No ano anterior, a sua vinda para Maresias, a sra. estava?

13.1 Estudando () 13.2 Trabalhando com registrado ()

13.3 Trabalhando sem registro () 13.4 Realizava trabalho doméstico ()

13.5 Aposentada não trabalhando () 13.6 Aposentada trabalhando ()

13.7 Vivia de renda () 13.8 Outros() Especificar _____.

(No caso de responder que estava empregada, em que trabalhava?

Agricultura() Indústria () Comércio () Serviços ()

Outros() especificar _____

14. Por que decidiu sair de sua terra natal?

15. A escolha por Maresias foi uma decisão da sra.?

Sim () Por que? _____

Não () De quem foi a decisão? _____

16. Teve algum contato com Maresias antes de vir?

Sim () por parente. Quem? _____

Sim () amigos Quem? _____ Outros(). Especificar _____

17. Quem a ajudou a se instalar na cidade? _____

18. Onde morava antes de vir para Maresias?

No meio rural () na cidade ()

19. Com quem veio para Maresias?

Sozinha () Com a família () Grau de parentesco. _____

Sozinha e a família veio depois () Com que idade _____ anos.

Com amigos () Quem? _____ Outros (). Especificar _____

20. Com quem mora no momento?

Com família () Quem? _____ Sozinha ()

Com amigos () Quem? _____ Outros (). Especificar _____

21. Quem dessas pessoas ajuda nas despesas da casa? _____

22. Quando chegou a Maresias a sra. fez amigos?

Sim () Quem?

Não () Por que?

23. A sra. tem alguma atividade de lazer?

Sim () Quais? _____ Não () Por que? _____

24. Você pertence a algum grupo?

Sim () Qual _____ Não ()

25. Quando veio para Maresias a sra. sentiu algum tipo de discriminação?

Sim () Por que? _____ Não ()

26. Na sua casa, come-se comida típica da sua terra?

Com que frequência: às vezes () sempre () nunca ()

27. Na sua casa, costuma-se contar histórias ou fatos da sua terra?

Sim () Não ()

28. A sua vida atual é:

() melhor do que a vida que a sra. vivia na sua terra; Igual () Pior ()

Justifique sua resposta _____

29. Se pudesse a sra. voltaria para sua terra? Sim ()

Por que? _____

Não () Por que? _____

30. Sua residência é:

Própria () Alugada () Cedida () Outros()
Especifique _____

31. Quantos cômodos têm sua residência?

N.de dormitórios () N.de banheiros ()

32. A sra, acha que hoje a sra, tem saúde? Sim () Não ()

33. Antes de vir para Maresias a sra. tinha algum problema de saúde?

Sim () que tipo de problema de saúde tinha? _____

Não () Não sabe ()

34. A sra. teve algum problema de saúde grave, desde que chegou a Maresias?

Sim () Qual? _____

Não () Não sabe ()

35. Em caso de doença a sra, costuma ser atendida em:

Serviço público () Particular ()

Serviço que o plano de saúde paga () Outros () Especificar _____

36. Quando a sra. foi atendida recebeu remédios? Sim () Não ()

37. Alguém que residia com a sra. morreu aqui em Maresias?

Sim () Qual o motivo? _____

Não ()

38. A senhora fez alguma consulta nos últimos 12 meses?

Sim () Qual o motivo? _____

Não ()

Exame: mama () Sim, menos de um ano ()

Sim, mais de um ano ()

Nunca fez () NSR ()

Exame: papanicolau

() Sim, menos de um ano

() Sim, mais de um ano

Nunca fez () NS/NR ()

39. Com que periodicidade vai ao médico?

() 1 vez ao ano () de 6 em 6 meses

() só quando está doente () Outros: Especificar _____

40. Quantas crianças tem em casa?

41. Caso tenha crianças na casa. A sra. costuma levar ao médico pediatra?

() Sim Para que _____ Não () Por que? _____

42. A sra. costuma fumar?

Sim () Há quanto tempo? _____ Quantos cigarros ao dia ()

43. Tem costume de consumir bebida:

Qual o tipo? _____

Quantas vezes na semana? _____

44. A sra. é a favor de evitar gravidez:

Sim () Por que meios? _____

Não () Por que? _____

45. A sra. já ouviu falar de AIDS?

Sim () O quê ouviu a respeito? _____

De quem e aonde ouviu? _____

O que a sra. acha disso? _____

Não ()

46. A sra. conhece alguém que tem sofrido de violência doméstica?

Não () Sim () O que a sra. acha disso? _____

47. Quais são os problemas que mais a preocupam no momento?

48. A sra. tem tentado resolver esses problemas () Sim Como?

Não () Por que? _____

51. O que a sra. acha que está faltando aqui em Maresias?

52. O que a sra. acha que não deveria ter aqui em Maresias?

53. O que é ter uma boa qualidade de vida?

54. Para a sra, o que é meio ambiente?

55. Para onde vai o lixo que a sra. junta?

56. A água que abastece sua casa vem da cachoeira?

57. A sra, acha que é limpa essa água?

58. O que a sra, acha da limpeza em volta da cachoeira?

59. A sra. considera limpa a água do rio?

Sim () Não () Quem suja?_____

60. A sra. considera a praia de Maresias limpa?

Sim () Não () Quem suja?____

Roteiro de observação

Observar se a Rua da entrevistada tem: iluminação pública - rede de esgoto-

Calçamento – alagamento, quando chove—se passa ônibus— telefone público-Bairro tem:

farmácia – creche – agência bancária –

córrego não canalizado – correio – igreja –

biblioteca – quantas escolas – posto saúde –

parque infantil – posto policial – depósito de lixo -

Anexo 2

Termo de Consentimento

Pesquisa: "Gênero, meio ambiente e sustentabilidade: mulheres migrantes em Maresias" Tese de doutorado apresentado à Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo.

Pesquisadora: Dinalva Menezes Castro Tavares.

Objetivo: Identificar e investigar as condições de vida saúde, trabalho e ambientais das mulheres migrantes do Distrito de Maresias, no Município de São Sebastião, tendo em vista fornecer subsídios para estratégia de ação.

Procedimentos: A coleta de dados será realizada por meio de formulário de entrevista semi-estruturada com a população de mulheres migrantes, residentes no Bairro do Sertão.

A participação não será obrigatória.

Será garantido anonimato da entrevistada e a confidencialidade das informações.

A pesquisadora compromete-se a esclarecer todas as dúvidas acerca da pesquisa, assim como divulgar os resultados para a comunidade após o término da mesma.

Declaro que, após ter sido convenientemente esclarecida pela pesquisadora.

Eu, _____, consinto em participar desta pesquisa.

São Paulo, de de 2002.

Assinatura da pesquisada

Assinatura da pesquisadora

Maiores informações: Dinalva Menezes Castro Tavares e Prof.Dra. Maria Cecília Focesi Pelicioni

Departamento de Prática de Saúde Pública – Faculdade de Saúde Pública da Universidade São Paulo

Av. Dr. Arnaldo, 715, ou pelos telefones: (011) 3066-7743 ou (011) 3673-2000